



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

CAPA DE PROCESSO LICITATÓRIO

<i>Órgão</i>	<i>Proc. Adm.</i>	<i>Data da Ratificação</i>
<i>Diretoria Administrativa</i>	<i>019/2021</i>	<i>20/01/2021</i>

Modalidade de licitação e número da ordem em série anual: Dispensa de Licitação nº 07/2021

OBJETO: *Contratação de empresa para o fornecimento de coffe brack, lanches e refeição do tipo marmitex, para as sessões ordinárias e extraordinárias da Câmara Municipal de Timbiras/MA.*

Data da Homologação: *21/01/2021*

Vencedor: *A K de A Lima - ME CNPJ: 27.118.511/0001-69*

Fonte de Recursos: PRÓPRIOS



ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE TIMBIRAS
CNPJ Nº 23.662.570 / 0001 - 42
Rua S/N Fone: (99) 3668 - 1134
- Timbiras - Maranhão

Timbiras/MA, 04 de janeiro de 2021

Lavrei
realizaç

população de um modo geral,
legislativa. Necessário se faz
alimentos e refeição do tipo
Municipal de Timbiras/MA,
interno. Aproveitamos a
interna.

de estima e

de licitação e contrato(s) administrativo(s)

DATA 04/01/2021



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

Termo de Referência



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

TERMO DE REFERÊNCIA

1. Objeto da Licitação:

Contratação de empresa para o fornecimento de coffee brack, lanches e refeição do tipo marmitex, para as sessões ordinárias e extraordinárias da Câmara Municipal de Timbiras/MA.

2. Da justificativa:

Devido às sessões ordinárias, extraordinárias e eventos realizados nas dependências desta Casa Legislativa, visando o bom atendimento necessário se faz à aquisição, através de procedimento licitatório.

3. Dos Fundamentos;

Os fundamentos legais encontram-se nas leis federais nº 10.520 e 8.666/93 e suas alterações posteriores.

4. Das especificação e quantidades;

O fornecimento requerido, será entregue conforme especificações a seguir:

Lanches; Os lanches deverão ser seguidos conforme tabela abaixo:

Lote I - Diretoria Administrativa					
Item	Qtd	Descrição dos itens	Unidade	Valor unitário	Valor global
1	150	Fornecimento de Refeição	Und	R\$......	R\$......
2	150	Fornecimento de Lanches	Und	R\$......	R\$......
3	65	Fornecimento de coffee brack tipo 1	Und	R\$......	R\$......
4	65	Fornecimento de coffee brack tipo 2	Und	R\$......	R\$......
Valor Total				R\$......	

4. Condições e prazos de entrega e de garantia;

a) Os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de até 02 (duas) horas, na cantina da câmara municipal após o recebimento da ordem de fornecimento.

b) As ordens de fornecimento serão emitidas de acordo com as necessidades do gabinete da presidência;

5. Do pagamento;

a) O pagamento será efetuado, em até 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos.

b) O pagamento fica condicionado à comprovação de que a CONTRATADA encontrar-se adimplente com as Fazendas Públicas Federal, Estadual e Municipal;

c) O pagamento será realizado, após a apresentação pela CONTRATADA dos seguintes documentos:

a. Nota Fiscal devidamente preenchida e atestada pelo servidor competente;

b. Indicação do banco, agência e conta bancária da empresa que receberá o valor fornecimento;

d) Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

6. Da vigência do contrato;

a) O contrato terá vigência até 31 de março do corrente ano, contada da data da assinatura, a partir de quando as obrigações assumidas pelas partes serão exigíveis.



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

7. Das obrigações da contratada;

- a) Ressarcir a Administração do equivalente a todos os danos decorrentes de paralisação ou interrupção do fornecimento do objeto contratual, exceto quando isso ocorrer por exigência da CONTRATANTE ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias devidamente comunicadas à contratante no prazo de 48 (quarenta e oito horas), após a sua ocorrência;
- b) Responsabilizar-se pelos salários, encargo social, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução do objeto deste contrato;
- c) Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que vier a causar à CONTRATANTE ou a terceiros, tendo como agente a CONTRATADA, na pessoa de prepostos ou estranhos;
- d) Observar para transporte, seja ele de que tipo for, as normas adequadas relativas às embalagens, volumes, etc.;
- e) Responsabilizar-se por todos os ônus, relativos ao fornecimento dos bens a si adjudicados, inclusive frete, desde a origem até sua entrega no local de destino;
- f) Observar rigorosamente todas as especificações gerais, que originou esta contratação e de sua proposta;
- g) Responsabilizar-se por todas as providências, cautelas e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente de trabalho, quando, em ocorrências da espécie, forem vítimas seus empregados ou prepostos no desempenho dos fornecimentos ou em conexão com estes, ainda que verificado o acidente em dependências da CONTRATANTE;
- h) Responsabilizar-se por quaisquer multas ou despesas de qualquer natureza em decorrência de descumprimento de qualquer cláusula ou condição deste contrato, dispositivo legal ou regulamento, por sua parte;
- i) Suportar, caso as quantidades estimadas pela CONTRATANTE forem insuficientes para o atendimento, o termo aditivo, no limite máximo de 25% (vinte e cinco por cento) da nota de empenho relativa ao seu valor total.

8. Das atribuições da contratante;

- a) Promover o recebimento do objeto do presente contrato nos prazos fixados para tal;
- b) Emitir nota de empenho especificando os produtos fornecidos e as quantidades, entregando-a a empresa Contratada.
- c) Pagar, no vencimento, o valor dos produtos fornecimentos acordados;
- d) Zelar pela boa operação e pelos bons cuidados com os materiais, zelando para que pessoas não autorizadas ou qualificadas manuseiem;

9. Da Fiscalização do contrato;

A Contratada deverá manter preposto aprovado pela câmara, por meio da fiscalização, durante toda a execução do objeto deste Termo, para representá-la sempre que for necessário.

- a) A pessoa indicada como preposto deve ter um nível de instrução e conhecimento compatível com os serviços objeto deste Termo.
- b) . Ao fiscal competirá:
- c) Dirimir dúvidas que surgirem no curso da execução deste instrumento, conforme art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

- d). Fiscalizar a execução dos fornecimentos desde a assinatura do Instrumento Contratual até a extinção ou rescisão do mesmo;
- e) Providenciar Livro de Registro, onde deverá ser documentado, juntamente como o preposto da contratada, as ocorrências havidas.

10. Das penalidades;

- a) Em caso de inexecução parcial ou total das condições pactuadas, erro ou mora na execução, garantida a prévia defesa, ficará a CONTRATADA sujeita às sanções previstas na Lei 8.666/93;

11. Dotação Orçamentária:

As despesas decorrentes para execução da presente licitação estão previsto no PPA – Plano Plurianual, na LDO – Lei de Diretrizes Orçamentária e LOA – Lei de Orçamento Anual, o contido nas especificações a serem apresentadas pela Contabilidade deste órgão.

12. Do Foro;

Fica eleito o foro da Comarca de Timbiras, Estado do Maranhão, para dirimir quaisquer dúvidas com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Wilson Gonçalves Vieira
Wilson Gonçalves Vieira
Diretor Administrativo



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA E AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DA FASE INTERNA DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

Considerando que as especificações técnicas, os quantitativos e demais cláusulas atendem às necessidades do órgão solicitante **APROVO** o presente **Termo de Referência** e **AUTORIZO** a abertura do **Processo Administrativo nº 019/2021** cujo objeto é a **Contratação de empresa para o fornecimento de coffee brack, lanches e refeição do tipo marmitex, para as sessões ordinárias e extraordinárias da Câmara Municipal de Timbiras/MA**, em sua fase interna, conforme dispõe o artigo 38, caput, e o artigo 7º, § 2º, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/1993, respectivamente:

“Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente:”

“Art. 7º As licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços obedecerão ao disposto neste artigo e, em particular, à seguinte seqüência:”

“(...)”

“§ 2º As obras e os serviços somente poderão ser licitados quando:”

“I - houver projeto básico (termo de referência) aprovado pela autoridade competente e disponível para exame dos interessados em participar do processo licitatório;”

Timbiras/MA, 05 de janeiro de 2021


Alexandre Rocha Nascimento
Presidente da Câmara



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

DOCUMENTO DE COMUNICAÇÃO INTERNA

À Comissão Permanente de Licitação;

ASSUNTO: Solicitação de Pesquisa de Mercado

Encaminho o presente processo, para que seja feita uma pesquisa de preços, preferencialmente no mercado local, junto a empresas interessadas que atuam no ramo do objeto que a administração pretende adquirir. Em seguida encaminhar à Contabilidade desta Casa Legislativa, para que seja verificada a existência de Reserva de Dotação Orçamentária e demais providência para continuidade do pleito.

Artigo 15, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/1993: (As compras, sempre que possível, deverão: § 1º O registro de preços será precedido de ampla pesquisa de mercado).

A presente Declaração é a expressão da verdade;

Gabinete da Presidência da Câmara de Timbiras – MA, em 05 de janeiro de 2021


Alexandre Rocha Nascimento
Presidente da Câmara



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

SOLICITAÇÃO DE PESQUISA DE MERCADO

REQUISITANTE: *Câmara Municipal de Timbiras/MA*

Processo Administrativo nº 019/2021

À empresa (Razão Social): Restaurante da Vera

CNPJ: 27.285.520/0001-44

ENDEREÇO: Travessa Santa Quiteria, s/n, centro, Governador Archer-MA.

Senhor (a) signatário (a): Conforme o art. 15 do estatuto das licitações e contratos, Lei Federal nº 8.666/93, estamos procedendo à coleta de preços conforme termo de referência constante nos autos.

Caso seja do seu interesse em participar desta cotação para licitação, solicitamos que seja encaminhada sua proposta no endereço: Rua José Antônio Francis, s/n, bairro Centro, nesta cidade em até 03 (três) dias úteis das 08h00min às 12h00min. Ressaltamos que a mesma deverá conter os valores unitários e/ou total, os quais estarão inclusas as despesas com todos os impostos, taxas, encargos e quaisquer outros custos que incidam sobre o valor final do objeto, o prazo de validade, devidamente assinada e (se houver) enviar em papel timbrado da empresa, conforme modelos que seguem em anexo. (Cópia da planilha da proposta de preço em mídia com entrada em formato USB ou enviada para o e-mail do tipo doc/xls). A qual deverá ser entregue no setor de protocolo desta Casa Legislativa ou através de e-mail: camaratimbirasoficial@gmail.com, de já agradecemos, solicitamos que se não houver interesse na participação, manifeste-se sobre tal, por escrito ou encaminhando carta/e-mail ou via fax.

A presente Declaração é a expressão da verdade;
Câmara Municipal de Timbiras – MA, em 05 de janeiro de 2021.


Wilson Gonçalves Vieira
Diretor Administrativo da Câmara



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

MODELO PARA PROPOSTA DE PREÇOS

(NO PAPEL TIMBRADO DO PROPONENTE, SE HOVER)

NOME DA EMPRESA (RAZÃO SOCIAL):	CNPJ:
ENDEREÇO:	
PESQUISADOR:	

OBJETO:

No preço proposto deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos de tudo o que for necessário para a execução total e completa do objeto.

COMEÇO DAS ATIVIDADES: De acordo com o termo de referências.

PRAZO DE PAGAMENTO: Até 30 (trinta) consecutivos, contados do recebimento do objeto.

CONTATO DA EMPRESA:

- a) Pessoa:
- b) Telefone/celular (se tiver):
- c) E-mail (se tiver):

Prazo de validade da cotação de preço: 60 dias.

Cidade/UF,.... de de 20xx.

(Assinatura, nome e cargo na empresa)

OBS: Enviar a proposta devidamente datada e assinada para o e-mail: camaratimbirasoficial@gmail.com.



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

SOLICITAÇÃO DE COTAÇÃO DE PREÇOS

A Câmara Municipal de Timbiras - MA, vem mui respeitosamente solicitar de vossa senhoria que nos envie uma cotação de preços do(s) item (ns) descrito(s) no termo de referência constante nos autos.

OBS. Preencher os dados abaixo, em caso de responder no próprio formulário.

EMPRESA/PESSOA FÍSICA:	CNPJ/CPF:
ENDEREÇO:	
CIDADE:	ESTADO:
NOME DO RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO:	CARGO:
ASSINATURA:	DATA:



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

SOLICITAÇÃO DE PESQUISA DE MERCADO

REQUISITANTE: *Câmara Municipal de Timbiras/MA*

Processo Administrativo nº 019/2021

À empresa (Razão Social): Panificadora Dom Bosco

CNPJ: 30.456.767/0001-90

ENDEREÇO: Timbiras/MA.

Senhor (a) signatário (a); Conforme o art. 15 do estatuto das licitações e contratos, Lei Federal nº 8.666/93, estamos procedendo à coleta de preços conforme termo de referência constante nos autos.

Caso seja do seu interesse em participar desta cotação para licitação, solicitamos que seja encaminhada sua proposta no endereço: Rua José Antônio Francis, s/n, bairro Centro, nesta cidade em até 03 (três) dias úteis das 08h00min às 12h00min. Ressaltamos que a mesma deverá conter os valores unitários e/ou total, os quais estarão inclusas as despesas com todos os impostos, taxas, encargos e quaisquer outros custos que incidam sobre o valor final do objeto, o prazo de validade, devidamente assinada e (se houver) enviar em papel timbrado da empresa, conforme modelos que seguem em anexo. (Cópia da planilha da proposta de preço em mídia com entrada em formato USB ou enviada para o e-mail do tipo doc/xls). A qual deverá ser entregue no setor de protocolo desta Casa Legislativa ou através de e-mail: camaratimbirasoficial@gmail.com, de já agradecemos, solicitamos que se não houver interesse na participação, manifeste-se sobre tal, por escrito ou encaminhando carta/e-mail ou via fax.

A presente Declaração é a expressão da verdade;

Câmara Municipal de Timbiras – MA, em 05 de janeiro de 2021.


Wilson Gonçalves Vieira
Diretor Administrativo da Câmara



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

MODELO PARA PROPOSTA DE PREÇOS

(NO PAPEL TIMBRADO DO PROPONENTE, SE HOVER)

NOME DA EMPRESA (RAZÃO SOCIAL):	CNPJ:
ENDEREÇO:	
PESQUISADOR:	

OBJETO:

No preço proposto deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos de tudo o que for necessário para a execução total e completa do objeto.

COMEÇO DAS ATIVIDADES: De acordo com o termo de referências.

PRAZO DE PAGAMENTO: Até 30 (trinta) consecutivos, contados do recebimento do objeto.

CONTATO DA EMPRESA:

- a) Pessoa:
- b) Telefone/celular (se tiver):
- c) E-mail (se tiver):

Prazo de validade da cotação de preço: 60 dias.

Cidade/UF,.... de de 20xx.

(Assinatura, nome e cargo na empresa)

OBS: Enviar a proposta devidamente datada e assinada para o e-mail: camaratimbirasoficial@gmail.com.



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

SOLICITAÇÃO DE COTAÇÃO DE PREÇOS

A Câmara Municipal de Timbiras - MA, vem mui respeitosamente solicitar de vossa senhoria que nos envie uma cotação de preços do(s) item (ns) descrito(s) no termo de referência constante nos autos.

OBS. Preencher os dados abaixo, em caso de responder no próprio formulário.

EMPRESA/PESSOA FÍSICA:	CNPJ/CPF:
ENDEREÇO:	
CIDADE:	ESTADO:
NOME DO RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO:	CARGO:
ASSINATURA:	DATA:



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

SOLICITAÇÃO DE PESQUISA DE MERCADO

REQUISITANTE: *Câmara Municipal de Timbiras/MA*

Processo Administrativo nº 019/2021

À empresa (Razão Social): A K de A Lima - ME

CNPJ: 27.118.511/0001-69

ENDEREÇO: Rua Urbano Santos, nº 697, bairro Centro, Timbiras/MA.

Senhor (a) signatário (a): Conforme o art. 15 do estatuto das licitações e contratos, Lei Federal nº 8.666/93, estamos procedendo à coleta de preços conforme termo de referência constante nos autos.

Caso seja do seu interesse em participar desta cotação para licitação, solicitamos que seja encaminhada sua proposta no endereço: Rua José Antônio Francis s/n, bairro Centro, nesta cidade em até 03 (três) dias úteis das 08h00min às 12h00min. Ressaltamos que a mesma deverá conter os valores unitários e/ou total, os quais estarão inclusas as despesas com todos os impostos, taxas, encargos e quaisquer outros custos que incidam sobre o valor final do objeto, o prazo de validade, devidamente assinada e (se houver) enviar em papel timbrado da empresa, conforme modelos que seguem em anexo. (Cópia da planilha da proposta de preço em mídia com entrada em formato USB ou enviada para o e-mail do tipo doc/xls). A qual deverá ser entregue no setor de protocolo desta Casa Legislativa ou através de e-mail: camaratimbirasoficial@gmail.com, de já agradecemos, solicitamos que se não houver interesse na participação, manifeste-se sobre tal, por escrito ou encaminhando carta/e-mail ou via fax.

A presente Declaração é a expressão da verdade;

Câmara Municipal de Timbiras – MA, em 05 de janeiro de 2021.


Wilson Gonçalves Vieira
Diretor Administrativo da Câmara



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 - 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 - 1134
CEP. 65.420-000 - Timbiras - Maranhão

MODELO PARA PROPOSTA DE PREÇOS

(NO PAPEL TIMBRADO DO PROPONENTE, SE HOVER)

NOME DA EMPRESA (RAZÃO SOCIAL):	CNPJ:
ENDEREÇO:	
PESQUISADOR:	

OBJETO:

No preço proposto deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos de tudo o que for necessário para a execução total e completa do objeto.

COMEÇO DAS ATIVIDADES: De acordo com o termo de referências.

PRAZO DE PAGAMENTO: Até 30 (trinta) consecutivos, contados do recebimento do objeto.

CONTATO DA EMPRESA:

- a) Pessoa:
- b) Telefone/celular (se tiver):
- c) E-mail (se tiver):

Prazo de validade da cotação de preço: 60 dias.

Cidade/UF,.... de de 20xx.

(Assinatura, nome e cargo na empresa)

OBS: Enviar a proposta devidamente datada e assinada para o e-mail: camaratimbrasoficial@gmail.com.



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

SOLICITAÇÃO DE COTAÇÃO DE PREÇOS

A Câmara Municipal de Timbiras - MA, vem mui respeitosamente solicitar de vossa senhoria que nos envie uma cotação de preços do(s) item (ns) descrito(s) no termo de referência constante nos autos.

OBS. Preencher os dados abaixo, em caso de responder no próprio formulário.

EMPRESA/PESSOA FÍSICA:	CNPJ/CPF:
ENDEREÇO:	
CIDADE:	ESTADO:
NOME DO RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO:	CARGO:
ASSINATURA:	DATA:



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

DOCUMENTO DE COMUNICAÇÃO INTERNA

À Contabilidade Geral da Câmara;

Conforme solicitado, encaminho o *Processo Administrativo nº 019/2021* anexada uma cotação de preços feita com empresas que trabalham no ramo do objeto que a Câmara Municipal pretender adquirir, envio para que seja verificada a existência de Reserva de Dotação Orçamentária, caso confirmado, reencaminhar ao Gabinete da Presidência para continuidade do pleito. Conforme dispõe o artigo 38, caput, da Lei Federal nº 8.666/1993:

"Art. 38. O procedimento licitatório será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente:"

Timbiras – MA, 08 de janeiro de 2021.


Wilson Gonçalves Vieira

Diretor Administrativo da Câmara



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

Planilha de Cotação de Preços

Processo Administrativo nº 19/2021.

Solicitante: Diretoria Administrativa;

Item	Qtd	Descrição dos itens	Unidade	Empresas				Média de Preços unitário	Valor médio Total		
				A K de A Lima CNP.J:27.118.511/0001-69	Restaurante da Vera CNP.J:27.285.520/0001-44	Panificadora Dom Bosco CNP.J:30.456.767/0001-90	Valor Unitário			Valor Global	Valor Unitário
1	150	Fornecimento de Refeição	Und	R\$ 19,00	R\$ 2.850,00	R\$ 20,00	R\$ 3.000,00	R\$ 19,30	R\$ 2.895,00	R\$ 19,43	R\$ 2.914,50
2	150	Fornecimento de Lanches	Und	R\$ 6,00	R\$ 900,00	R\$ 6,30	R\$ 945,00	R\$ 6,60	R\$ 990,00	R\$ 6,30	R\$ 945,00
3	65	Fornecimento de coffee brack tipo 1	Und	R\$ 24,00	R\$ 1.560,00	R\$ 24,50	R\$ 1.592,50	R\$ 25,00	R\$ 1.625,00	R\$ 24,50	R\$ 1.592,50
4	65	Fornecimento de coffee brack tipo 2	Und	R\$ 27,00	R\$ 1.755,00	R\$ 28,00	R\$ 1.820,00	R\$ 27,50	R\$ 1.787,50	R\$ 27,50	R\$ 1.787,50
Valor Total				R\$ 7.065,00		R\$ 7.357,50		R\$ 7.297,50		R\$ 7.239,50	

Timbiras – MA, em 08 de janeiro de 2021.


Wilson Gonçalves Vieira
Diretor Administrativo da Câmara





VALCY TEODORIO DA CONCEIÇÃO 04450121104
CNPJ: 27.285.520/0001-44 Inscrição Estadual: 12.518816-1
Travessa Santa Quitéria, s/n, Centro, Governador Archer – MA
CEP: 65770-000

A
Câmara Municipal de Timbiras/MA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES-CPL

Lote I - Diretoria Administrativa					
Item	Qtd	Descrição dos itens	Unidade	Valor unitário	Valor global
1	150	Fornecimento de Refeição	Und	R\$ 20,00	R\$ 3.000,00
2	150	Fornecimento de Lanches	Und	R\$ 6,30	R\$ 945,00
3	65	Fornecimento de coffe brack tipo 1	Und	R\$ 24,50	R\$ 1.592,50
4	65	Fornecimento de coffe brack tipo 2	Und	R\$ 28,00	R\$ 1.820,00
Valor Total					R\$ 7.357,50

Validade da Coleta: 60 dias

Governador Archer – MA, 07 de Janeiro de 2021.


VERA LUCIA TEODORA DA CONCEIÇÃO
RG nº. 049297442013-6
CPF nº 279.948.133-72



CNPI: 30.456.767/0001-90

COTAÇÃO DE PREÇOS

Lote I - Diretoria Administrativa					
Item	Qtd	Descrição dos itens	Unidade	Valor unitário	Valor global
1	150	Fornecimento de Refeição	Und	R\$ 19,30	R\$ 2.895,00
2	150	Fornecimento de Lanches	Und	R\$ 6,60	R\$ 990,00
3	65	Fornecimento de coffe brack tipo 1	Und	R\$ 25,00	R\$ 1.625,00
4	65	Fornecimento de coffe brack tipo 2	Und	R\$ 27,50	R\$ 1.787,50
Valor Total					R\$ 7.297,50

Timbiras/MA, 06 de janeiro de 2021.



Panificadora Dom Bosco
Katiane Leite Lima
Titular



COLETA

1. PROPONENTE

A K DE LIMA

CNPJ: 27.118.511/0001-69

Endereço: Rua Urbano Santos, Nº 697, Bairro Centro, Timbiras-MA

Telefone: (98) 98110-7811

E-mail: shevkelson@hotmail.com

2. REPRESENTANTE LEGAL

Andre Kelson de Araujo Lima

Empresário

CPF: 044.805.353-57

RG: 0694089220199 SESP-MA

Signatário

3. PLANILHA DE PREÇOS

Lote I - Diretoria Administrativa					
Item	Qtd	Descrição dos itens	Unidade	Valor unitário	Valor global
1	150	Fornecimento de Refeição	Und	R\$ 19,00	R\$ 2.850,00
2	150	Fornecimento de Lanches	Und	R\$ 6,00	R\$ 900,00
3	65	Fornecimento de coffe brack tipo 1	Und	R\$ 24,00	R\$ 1.560,00
4	65	Fornecimento de coffe brack tipo 2	Und	R\$ 27,00	R\$ 1.755,00
Valor Total				R\$ 7.065,00	

Valor Global da Proposta R\$ 7.065,00 (sete mil e sessenta e cinco reais).

4. PRAZO DE ENTREGA

O prazo de entrega será de até 05 (cinco) dias consecutivos, contados a partir da data de recebimento da Autorização de Fornecimento.

5. PRAZO DE GARANTIA

100 (cem) dias contados a partir da assinatura do Termo de Recebimento Definitivo.

6. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA

60 (sessenta) dias consecutivos a contar da data de hoje.

Timbiras (MA), 06 de Janeiro de 2021.

A K DE A LIMA
Andre Kelson de Araujo Lima

Signatário

CPF: 044.805.353-57

A K DE A LIMA CNPJ: 27.118.511/0001-69

End.: R Urbano Santos, nº 697, bairro centro, CEP: 65.420-000, Timbiras/MA

Email: shevkelson@hotmail.com Tel.: (98) 98110-7811



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

Mapas de classificação das propostas

Objeto da Pesquisa: Contratação de empresa para o fornecimento de coffe brack, lanches e refeição do tipo marmitex, para as sessões ordinárias e extraordinárias da Câmara Municipal de Timbiras/MA.

Critério de julgamento: Menor preço;

Amparo legal: Art. 24, inciso II da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

PLANILHA DE COTAÇÃO DE PREÇOS;

Licitantes:	Posto A K de A Lima - ME CNPJ: 27.118.511/0001-69	Restaurante da Vera CNPJ:27.285.520/0001-44	Panificadora Dom Bosco CNPJ:30.456.767/0001-90	Média aritmética
Propostas	R\$ 7.065,00	R\$ 7.357,50	R\$ 7.297,50	R\$ 7.239,50

CLASSIFICAÇÃO:

1º Lugar: _ A K de A Lima - ME	R\$ 7.065,00
2º Lugar: _ Panificadora Dom Bosco	R\$ 7.297,50
3º Lugar: _ Restaurante da Vera	R\$ 7.357,50

A presente Declaração é a expressão da verdade;

Timbiras – MA, 08 de janeiro de 2021.


Wilson Gonçalves Vieira
Diretor Administrativo da Câmara



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

RESERVA DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Timbiras/MA, 11 de janeiro de 2021

Ao Gabinete da Presidência;

O Contador Oficial da Câmara Municipal de Timbiras/MA Sr; **JAKSON RODRIGUES BRITO**, inscrito no CRC/MA, sob o nº 006218 P/MA, responsável pela escrituração e demonstrações contábeis de execução financeira e orçamentária, em atendimento aos artº. 14 da Lei Federal nº 8.666/93 e 60 da Lei nº 4.320/64, certifico a existência de dotação orçamentária para atender às despesas em tela à qual está de acordo com a Lei Orçamentária Anual (LOA), com o Plano Plurianual (PPA) e com a Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) para o exercício financeiro do ano em curso, sendo assim, solicito de Vossa Excelência a elaboração da declaração de ordenador de despesa conforme dotação abaixo:

Objeto da licitação: Contratação de empresa para o fornecimento de coffee brack, lanches e refeição do tipo marmitex, para as sessões ordinárias e extraordinárias da Câmara Municipal de Timbiras/MA;

DA INDICAÇÃO DOS RECURSOS;

As despesas decorrentes para execução da presente licitação estão previsto no PPA – Plano Plurianual, na LDO – Lei de Diretrizes Orçamentária e LOA – Lei de Orçamento Anual, o contido nas especificações; 00 – Câmara Municipal; 01.031.0001.2001.0000 - *Manutenção e Funcionamento do Legislativo Municipal* 33.90.39 – 3.3.90.30.00 - *Material de Consumo*;


Jakson Rodrigues Brito
Contador Geral da Câmara Municipal



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

DECLARAÇÃO DE ESTIMATIVA DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO – FINANCEIRO
(Inciso I, Art. 16 LC nº 101/2000)

Processo Administrativo nº 019/2021

Declaro para os devidos fins que a despesa referente à *Contratação de empresa para o fornecimento de coffee brack, lanches e refeição do tipo marmítex, para as sessões ordinárias e extraordinárias da Câmara Municipal de Timbiras/MA*, serão contabilizadas na reserva de dotação orçamentária está contida no orçamento Geral da Câmara Municipal de Timbiras, pelos programas de trabalho e a categoria econômica constarão quando da emissão da respectiva Nota de Empenho, Será suficiente para garantir o empenho de tal despesa no exercício do ano em curso, a qual estimamos em R\$ 7.239,50 (sete mil, duzentos e trinta e nove reais e cinquenta centavos).

A referida despesa é objeto de dotação específica e suficiente, estando abrangida por crédito genérico, na classificação acima, prevista no programa de trabalho, assim como atende à Lei de Diretrizes Orçamentária e encontra-se adequada aos parâmetros financeiros da administração; não infringindo, portanto, quaisquer, disposições da legislação especificamente o Art. 16 da LC 101/00.

Salientamos que tal despesa será empenhada no exercício financeiro do corrente ano e paga dentro do mesmo pleito não ficando valores para serem empenhados nos exercícios seguintes.

Concluimos, portanto que esta Casa Legislativa disporá de recursos suficientes para a realização da despesa e que não haverá impacto nos exercícios seguintes.

Timbiras (MA), 11 de janeiro de 2021


Jakson Rodrigues Brito
Contador Geral da Câmara Municipal



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

***DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (INCISO II Art. 16,
LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2000).***

A Presidência da Câmara Municipal de Timbiras, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento as determinações do inciso II do art.16 da Lei Complementar 101-2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), na qualidade de ordenador de despesas, tendo em vista a estimativa do Impacto Orçamentário-Financeiro do objeto que esta Casa Legislativa pretender adquirir. **DECLARO** que os *serviços*, cuja reserva de dotação orçamentária está contida no programa de trabalho; *Poder Legislativo; 00 – Câmara Municipal 01.031.0001.2001.0000 - Manutenção e Funcionamento do Legislativo Municipal; 33.90.39 – 3.3.90.30.00 - Material de Consumo*. Possui adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentaria Anual (LOA) para o exercício financeiro do corrente ano, com a Lei de Diretrizes orçamentarias (LDO) e o Plano Plurianual (PPA).

A presente Declaração é a expressão da verdade;

Gabinete da Presidência da Câmara de Timbiras/MA em 11 de janeiro de 2021.


Alexandre Rocha Nascimento
Presidente da Câmara



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DA FASE EXTERNA DA LICITAÇÃO

Considerando as informações contidas no presente processo, protocolado com o nº 019/2021 nesta Augusta Casa Legislativa, estando devidamente cumpridas as formalidades, feita pesquisa de mercado junto a empresas que trabalham no ramo do objeto que esta administração pretende adquirir, posteriormente confirmado respaldo orçamentário e financeiro, indicada qual rubrica fará frente à tal despesa, tendo por conveniente e oportuno, **AUTORIZO** a abertura da fase externa do procedimento licitatório que terá por objeto a **Contratação de empresa para o fornecimento de coffe brack, lanches e refeição do tipo marmitex, para as sessões ordinárias e extraordinárias da Câmara Municipal de Timbiras/MA.**

Faça saber desta decisão à *Comissão Permanente de Licitação - CPL* para autuação, adequação do termo de referências, elaboração da minuta do edital com seus anexos e demais providências de sua competência.

A presente Declaração é a expressão da verdade;

Gabinete da Presidência da Câmara de Timbiras/MA em 12 de janeiro de 2021.


Alexandre Rocha Nascimento
Presidente da Câmara



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

Portaria(s)



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

Portaria nº 10/2021 – GAB/ TIMBIRAS/MA

Designa os integrantes da Comissão Permanente de Licitação/Pregão – Comissão para atuar em Licitações Públicas no âmbito da Câmara Municipal de Timbiras (MA), e dá outras providências.

O Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Timbiras, Estado do Maranhão, **ALEXANDRO ROCHA NASCIMENTO**, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e do Art. 51 da Lei Federal nº 8.666/93 e o Art. 3º da Lei 10.520/02;

Considerando a necessidade de estruturar a Comissão Permanente de Licitação – Comissão - para o exercício financeiro de 2021 no intuito de atender às Leis Federais de Licitações e Contratos Administrativos, à qual terá por funções: Garantir a formalização dos procedimentos licitatórios, em observância aos ditames legais, autuar os procedimentos administrativos, receber, examinar, julgar os documentos e as propostas dos procedimentos licitatórios e cadastramento de licitantes, competindo-lhe ainda adjudicar os objetos licitados aos respectivos vencedores, fornecer informações para o SACOP (Sistema de Acompanhamento das licitações) junto ao TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO MARANHÃO, resguardando o interesse público e garantindo presteza e produtividade na realização de suas funções e demais normas relativas à espécie.

Resolve;

Art. 1º Fica nomeado para o cargo de Pregoeiro o Senhor: Max Vinicius Cantanhede CPF: 043.167.063-30

Art. 2º Ficam nomeados para compor a equipe de apoio os servidores abaixo relacionados:


1. Presidente: Raimundo Jonas Silva Coelho;
2. Membro: Marinalva Cardoso da Silva de Oliveira;

Art. 4º Os servidores especificados nesta portaria desempenharão suas atribuições concomitantemente com as de seus respectivos cargos no período de 01 (um) ano, conforme estabelecido no Art. 51 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de sua assinatura.

Publique-se, registre-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS, ESTADO DO MARANHÃO AOS 04 DIAS DO MÊS DE JANEIRO DE 2021.


Alexandre Rocha Nascimento
Presidente da Câmara



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBIRAS

DIÁRIO OFICIAL

LEGISLATIVO



ANO V | EDIÇÃO Nº 0439 TIMBIRAS-MA, QUINTA-FEIRA, 07 DE JANEIRO DE 2021

SUMÁRIO

PORTARIA Nº 010 DE 04 DE JANEIRO DE 2021 – NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, PREGOEIROS E EQUIPE DE APOIO..... 1

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

PORTARIA Nº 010 DE 04 DE JANEIRO DE 2021 – NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, PREGOEIROS E EQUIPE DE APOIO.

O Presidente da Câmara Municipal de Timbiras/MA, no uso de suas atribuições legais e atendendo às indicações do tesoureiro da mesa diretora 2021/2022, **R E S O L V E**: Art. 1º Instituir, de acordo com o 4º do art. 51 da Lei nº 8.666/1993, Comissão Permanente de Licitação para atuar nas modalidades concorrência, tomada de preços e convite com a seguinte composição:

– Presidente: RAIMUNDO JONAS SILVA COELHO;
– Membros: MARINALVA CARDOSO DA SILVA DE OLIVEIRA e MAX VINICIUS CANTANHEDE;

Art. 2º - Designar, de acordo com as disposições da Lei nº 10.520/2002, o servidor abaixo para exercer as atribuições de pregoeiro:

I – Titular: MAX VINICIUS CANTANHEDE;

Art. 3º - Designar, de acordo com as disposições do artigo 3º, inciso IV da Lei nº 10.520/2002, os servidores abaixo para compor equipe de apoio ao pregoeiro:

– Membros: RAIMUNDO JONAS SILVA COELHO, MARINALVA CARDOSO DA SILVA DE OLIVEIRA e MAX VINICIUS CANTANHEDE;

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Timbiras/MA, 04 de janeiro de 2021. ALEXANDRO ROCHA NASCIMENTO Presidente da Câmara.



ESTADO DO MARANHÃO
DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

Rua José Antônio Francis, S/N, centro,
CEP. 65.420- 000 Timbiras – Maranhão

SITE:
www.timbiras.ma.gov.br

ANTONIO BORBA LIMA
Prefeito Municipal



DIÁRIO
OFICIAL

ORGÃO RESPONSÁVEL

GABINETE DO PREFEITO
ASSESSORIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E
PLANEJAMENTO

ANTONIO BORBA LIMA
PREFEITO MUNICIPAL
FRANCISCO PEREIRA DE BARROS
SECRETÁRIO MUNICIPAL
FRANCISCO ARNALDO SOUZA ALVES
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EDMUNDO LUIZ DO NASCIMENTO NETO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

CPL - AUTUAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO

Pelo presente instrumento, na sala da Comissão Permanente de Licitação, de Ordem do Presidente da Câmara Municipal de Timbiras/MA, o senhor **Alexandro Rocha Nascimento**, autuamos, rubricamos o registro e o número deste processo para continuidade do pleito administrativo, nas condições abaixo, considerando todas as informações constantes juntamente com seu termo de referência em anexo.

Processo administrativo nº: 019/2021;
Órgão requisitante: Diretoria Administrativa;

Objeto da licitação: Contratação de empresa para o fornecimento de coffee brack, lanches e refeição do tipo marmitex, para as sessões ordinárias e extraordinárias da Câmara Municipal de Timbiras/MA;

Valor estimado da licitação: R\$ 7.239,50 (sete mil, duzentos e trinta e nove reais e cinquenta centavos) valor global; Conforme preços cotados com empresas do ramo do objeto da licitação em tela.

Modalidade de licitação e Número de ordem em série anual: Dispensa de Licitação nº 07/2021;

Justificativa da escolha da modalidade de licitação: A escolha desta modalidade para a realização deste processo licitatório justifica-se pela maior rapidez em sua execução e pelo baixo valor do objeto pretendido pela administração pública;

Base legal: O procedimento licitatório obedecerá integralmente à legislação que se aplica a modalidade escolhida, sob a égide da Lei Federal nº 8.666/93, e subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei Complementar 147/2014, e demais normas pertinentes à espécie;

Tipo de licitação: Menor preço (global);

Vigência do Contrato: A vigência do contrato iniciar-se-á na data de sua assinatura, depois da publicação do seu resumo na imprensa oficial, em obediência ao Art. 6º inciso XIII da lei 8666/93 c/c o artigo 8º, § 1º, inciso IV, da Lei Federal nº 12.527/2011 e do parágrafo único do Art. 61 da Lei Federal n. 8666/93, a partir de quando as obrigações assumidas pelas partes serão exigíveis e terá vigência até 31 de março do ano em curso;


Reserva de Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes para execução da presente licitação estão previsto no PPA – Plano Plurianual, na LDO – Lei de Diretrizes Orçamentária e LOA – Lei de Orçamento Anual, o contido nas especificações; **Poder Legislativo:** 00 – Câmara Municipal




CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

01.031.0001.2001.0000 - *Manutenção e Funcionamento do Legislativo Municipal*; 33.90.39 –
3.3.90.30.00 - *Material de Consumo*.

A presente Declaração é a expressão da verdade;
Câmara Municipal de Timbiras – MA, em 12 de janeiro de 2021.


Raimundo Jonas Silva Coelho
Presidente/CPL


Marinalva Cardoso da Silva de Oliveira
Membro/CPL


Max Vitorias Cantanhede
Membro/CPL



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

Termo de Referência



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

TERMO DE REFERÊNCIA

1. Objeto da Licitação:

Contratação de empresa para o fornecimento de coffee brack, lanches e refeição do tipo marmitex, para as sessões ordinárias e extraordinárias da Câmara Municipal de Timbiras/MA.

2. Da justificativa:

Devido às sessões ordinárias, extraordinárias e eventos realizados nas dependências desta Casa Legislativa, visando o bom atendimento necessário se faz à aquisição, através de procedimento licitatório.

3. Dos Fundamentos;

Os fundamentos legais encontram-se nas leis federais nº 10.520 e 8.666/93 e suas alterações posteriores.

4. Das especificação e quantidades;

O fornecimento requerido, será entregue conforme especificações a seguir:

Lanches; Os lanches deverão ser seguidos conforme tabela abaixo:

Lote I - Diretoria Administrativa					
Item	Qty	Descrição dos itens	Unidade	Valor unitário	Valor global
1	150	Fornecimento de Refeição	Und	R\$ 19,43	R\$ 2.914,50
2	150	Fornecimento de Lanches	Und	R\$ 6,30	R\$ 945,00
3	65	Fornecimento de coffee brack tipo 1	Und	R\$ 24,50	R\$ 1.592,50
4	65	Fornecimento de coffee brack tipo 2	Und	R\$ 27,50	R\$ 1.787,50
Valor Total					R\$ 7.239,50

4. Condições e prazos de entrega e de garantia;

a) Os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de até 02 (duas) horas, na cantina da câmara municipal após o recebimento da ordem de fornecimento.

b) As ordens de fornecimento serão emitidas de acordo com as necessidades do gabinete da presidência;

5. Do pagamento;

a) O pagamento será efetuado, em até 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos.

b) O pagamento fica condicionado à comprovação de que a CONTRATADA encontrar-se adimplente com as Fazendas Públicas Federal, Estadual e Municipal;

c) O pagamento será realizado, após a apresentação pela CONTRATADA dos seguintes documentos:

a. Nota Fiscal devidamente preenchida e atestada pelo servidor competente;

b. Indicação do banco, agência e conta bancária da empresa que receberá o valor fornecimento;

d) Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

6. Da vigência do contrato;

a) O contrato terá vigência até 31 de março do corrente ano, contada da data da assinatura, a partir de quando as obrigações assumidas pelas partes serão exigíveis.



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

7. Das obrigações da contratada;

- a) Ressarcir a Administração do equivalente a todos os danos decorrentes de paralisação ou interrupção do fornecimento do objeto contratual, exceto quando isso ocorrer por exigência da CONTRATANTE ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias devidamente comunicadas à contratante no prazo de 48 (quarenta e oito horas), após a sua ocorrência;
- b) Responsabilizar-se pelos salários, encargo social, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução do objeto deste contrato;
- c) Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que vier a causar à CONTRATANTE ou a terceiros, tendo como agente a CONTRATADA, na pessoa de prepostos ou estranhos;
- d) Observar para transporte, seja ele de que tipo for, as normas adequadas relativas às embalagens, volumes, etc.;
- e) Responsabilizar-se por todos os ônus, relativos ao fornecimento dos bens a si adjudicados, inclusive frete, desde a origem até sua entrega no local de destino;
- f) Observar rigorosamente todas as especificações gerais, que originou esta contratação e de sua proposta;
- g) Responsabilizar-se por todas as providências, cautelas e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente de trabalho, quando, em ocorrências da espécie, forem vítimas seus empregados ou prepostos no desempenho dos fornecimentos ou em conexão com estes, ainda que verificado o acidente em dependências da CONTRATANTE;
- h) Responsabilizar-se por quaisquer multas ou despesas de qualquer natureza em decorrência de descumprimento de qualquer cláusula ou condição deste contrato, dispositivo legal ou regulamento, por sua parte;
- i) Suportar, caso as quantidades estimadas pela CONTRATANTE forem insuficientes para o atendimento, o termo aditivo, no limite máximo de 25% (vinte e cinco por cento) da nota de empenho relativa ao seu valor total.

8. Das atribuições da contratante;

- a) Promover o recebimento do objeto do presente contrato nos prazos fixados para tal;
- b) Emitir nota de empenho especificando os produtos fornecidos e as quantidades, entregando-a a empresa Contratada.
- c) Pagar, no vencimento, o valor dos produtos fornecimentos acordados;
- d) Zelar pela boa operação e pelos bons cuidados com os materiais, zelando para que pessoas não autorizadas ou qualificadas manuseiem;

9. Da Fiscalização do contrato;

A Contratada deverá manter preposto aprovado pela câmara, por meio da fiscalização, durante toda a execução do objeto deste Termo, para representá-la sempre que for necessário.

- a) A pessoa indicada como preposto deve ter um nível de instrução e conhecimento compatível com os serviços objeto deste Termo.
- b) . Ao fiscal competirá:
- c) Dirimir dúvidas que surgirem no curso da execução deste instrumento, conforme art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

- d). Fiscalizar a execução dos fornecimentos desde a assinatura do Instrumento Contratual até a extinção ou rescisão do mesmo;
- e) Providenciar Livro de Registro, onde deverá ser documentado, juntamente como o preposto da contratada, as ocorrências havidas.

10. Das penalidades;

- a) Em caso de inexecução parcial ou total das condições pactuadas, erro ou mora na execução, garantida a prévia defesa, ficará a CONTRATADA sujeita às sanções previstas na Lei 8.666/93;

11. Dotação Orçamentária:

As despesas decorrentes para execução da presente licitação estão previsto no PPA – Plano Plurianual, na LDO – Lei de Diretrizes Orçamentária e LOA – Lei de Orçamento Anual, o contido nas especificações a serem apresentadas pela Contabilidade deste órgão.

12. Do Foro;

Fica eleito o foro da Comarca de Timbiras, Estado do Maranhão, para dirimir quaisquer dúvidas com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.


Wilson Gonçalves Vieira
Diretor Administrativo da Câmara



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

DOCUMENTO DE COMUNICAÇÃO INTERNA

À Assessoria Jurídica;

Em obediência ao parágrafo único do Art. 38 da Lei Federal n.º 8.666/93, enviamos o *processo administrativo nº 019/2021* que versa sobre a *Contratação de empresa para o fornecimento de coffee brack, lanches e refeição do tipo marmítex, para as sessões ordinárias e extraordinárias da Câmara Municipal de Timbiras/MA*. Para exame da minuta do instrumento convocatório e seus anexos, para abertura da fase externa do processo licitatório na modalidade Dispensa de Licitação.

"Art. 38. Parágrafo Único: As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração."

Timbiras-MA, 13 de janeiro de 2021.


- Raimundo Jonas Silva Coelho -
Presidente/CPL



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

MINUTA DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Dispensa de licitação n. .../2021

Requisitante: Câmara Municipal de Timbiras/*Comissão Permanente de Licitação*

Senhor (a) Signatário (a);

Convidamos você licitante para apresentar sua documentação de habilitação e reapresentar proposta de preço em até 05 (cinco) dias úteis na sala da Comissão Permanente de Licitação, situada Rua José Antônio Francis, s/n – Centro, nesta cidade em até 03 (três) dias úteis das 08h00min às 12h00min ou através de e-mail: camaratimbirasoficial@gmail.com. referente ao processo administrativo nº 019/2021, conforme termos que seguem abaixo.

2. OBJETO DA LICITAÇÃO;

- a) A presente licitação tem por objeto a *Contratação de empresa para o fornecimento de coffe brack, lanches e refeição do tipo marmítex, para as sessões ordinárias e extraordinárias da Câmara Municipal de Timbiras/MA*, conforme especificações contidas no Anexo I deste Edital, Termo de referências.
- b) A quantidade dos produtos/serviços indicada no Termo de Referência é apenas estimativa de consumo e será solicitada de acordo com as necessidades do(s) **Órgão(s) Solicitante(s)**, podendo ser utilizada no todo ou em parte.

3. FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA;

- a) A proposta deverá ser datilografada ou impressa por qualquer processo eletrônico, preferencialmente em papel timbrado do proponente, sem cotações alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas, devendo estar rubricada(s), sua(s) página(s) e a última assinada e datada pelo signatário legal da empresa;
- b) A proposta deverá ser apresentada em 01 (uma) via, contendo obrigatoriamente (conforme declaração em anexo) os seguintes itens:
- c) Número da dispensa de licitação, do processo administrativo, nome completo do representante legal da empresa, número do CPF e cargo na empresa;
- d) Os seguintes dados da empresa: Razão Social; Endereço; Telefone; Número do CNPJ; Dados bancários – Agência/Conta/Banco e-mail (se houver).
- e) Preço unitário de cada item em algarismo arábico e preço total em algarismo arábico e por extenso da proposta, na moeda nacional, já incluídos os custos de frete, encargos fiscais, comerciais e quaisquer outras despesas incidentes sobre o objeto licitado;



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

- f) Prazo de validade de 60 (sessenta) dias consecutivos, a contar da data de sua apresentação;
- g) Decorrido o prazo da validade da proposta, sem convocação para a contratação, fica o licitante liberado do compromisso assumido.
- h) Especificação clara do objeto, de acordo com o Anexo I – Termo de Referência, contendo a marca do(s) produto(s) cotado(s).
- h) Não serão consideradas as propostas com alternativas, devendo o licitante se limitar às especificações deste Edital.
- j) Prazo de entrega conforme definido no Anexo I - Termo de Referência;

4. DA DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO;

Habilitação Jurídica:

I – Cédula de identidade e CPF (ou documento equivalente) do empresário (no caso de microempreendedor individual, ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI), ou de todos os sócios (no caso de sociedade civil ou empresa LTDA.), ou do presidente (no caso de cooperativa, fundação ou sociedade anônima); e

II - registro comercial, no caso de empresa individual;

III – ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

IV – Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

V – Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

Relativo à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

a) Certidão de prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ (Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral) emitido há pelo menos 60 (sessenta) dias antes deste certame.

b) Certidão Conjunta Negativa, ou Certidão Conjunta Positiva com efeitos de Negativa, de Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, comprovando a regularidade para com a Fazenda Federal.

c) Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, expedida pelo Estado do domicílio ou sede do licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Estadual.



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

- d) Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, quanto à Dívida Ativa do Estado, do domicílio ou sede do licitante.
- e) Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, quanto à Dívida Ativa do Município, do domicílio ou sede do licitante ou pelo órgão responsável pela emissão da referida certidão.
- f) Certidão Negativa de débitos, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, quanto ao domicílio ou sede do licitante ou pelo órgão responsável pela emissão da referida certidão.
- g) Certificado de Regularidade Fiscal – CRF perante a Caixa Econômica Federal.
- h) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.
- i) Certidão de Débitos Administrativos do MTE (A consulta ao Cadastro será realizada em nome da pessoa jurídica e também de seu sócio majoritário).

Declaracões

a) Modelo de declaração de que **não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, de conformidade com o disposto no art. 27, inciso V, da Lei n.º 8.666/93, nos termos do Anexo II.**

b) Modelo de proposta. Nos termos do **Anexo III**
5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA;

a) As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta dos recursos oriundos Classificados conforme abaixo especificado:

Poder Legislativo; 00 – Câmara Municipal 01.031.0001.2001.0000 - Manutenção e Funcionamento do Legislativo Municipal; 33.90.39 – 3.3.90.30.00 - Material de Consumo.

6. DO CONTRATO;

- a). A contratação do objeto licitado será efetivada mediante contrato, conforme minuta constante no Anexo do edital.
- b). O contrato, que obedecerá as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, estará vinculado integralmente à este instrumento, implicando na obrigatoriedade do licitante vencedora em cumprir todas as obrigações e condições das especificadas neste Edital e seus Anexos.
- c). O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta do licitante vencedor deste certame, farão parte integrante do contrato, independente de transcrição.



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

d). O contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, pela Contratante, independentemente de qualquer notificação ou interpelação judicial desde que a Contratada deixe de cumprir com qualquer das Cláusulas do Contrato, além de ficar sujeita às penalidades previstas na Lei nº 8.666/93 e no edital desta licitação.

e). O contrato poderá ser alterado nos termos do artigo 65 da Lei nº 8.666/93, mediante as devidas justificativas.

7. DO PAGAMENTO;

a). O pagamento será feito em favor da contratada, através de depósito bancário na sua conta corrente por intermédio de ordem bancária, emitido pela solicitante do objeto.

b). A contratada deverá apresentar a respectiva nota fiscal/fatura à solicitante acompanhada da autorização, da certidão negativa de débitos junto à Seguridade Social CND/ INSS e da Certidão de Regularidade do FGTS, Prova de Regularidade com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede da licitante, mediante a: Certidão Negativa de Débitos Fiscais e Certidão Negativa da Dívida Ativa. Prova de Regularidade com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede da licitante, mediante a Certidão Negativa de Débitos Municipais relativos à: ISSQN – Imposto Sobre de Qualquer Natureza; Certidão Negativa de Débitos Fiscais; Certidão Negativa da Dívida Ativa, todas, com validades compatíveis à data de pagamento e com o Documento de Autenticação de Nota Fiscal para Órgãos Públicos – DANFOP.

c). É vedada expressamente a realização de cobrança de forma diversa da estipulada neste Edital, em especial a cobrança bancária, mediante boleto ou mesmo o protesto de título, sob pena de aplicação das sanções previstas neste instrumento e indenização pelos danos decorrentes.

d). A nota fiscal/fatura será conferida e atestada pela responsável do recebimento do objeto da licitação o qual será designado pela solicitante.

e). O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos após a assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, desde que não haja fator impeditivo provocado pela contratada.

8. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS;

a). Os casos não previstos e as dúvidas deste Edital serão resolvidos pela Comissão Permanente de Licitação, com base à legislação que se aplica a modalidade em tela, sob a égide da Lei nº 8.666/93, e subsidiariamente, no que couberem, e demais normas pertinentes à espécie.

b). Fica assegurado a Câmara o direito de, no interesse da Administração, anular ou revogar, à qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

c). A participação nesta licitação implicará na aceitação integral e irrevogável de suas normas e observância dos preceitos legais e regulamentares, ressalvados o direito de impugnação e de recurso.

d). O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, conforme previsto no § 1º do Art. 65 da Lei 8.666/93.

e). O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que sejam possíveis as aferições das suas qualificações e a exata compreensão da sua proposta.

f). Caso seja necessária interrupção, os autos do processo ficarão sob a guarda da CPL, que designará nova data para a continuação dos trabalhos.

g). A homologação do resultado desta licitação não implicará em direito a contratação.

h). Ocorrendo cisão, incorporação ou fusão da futura empresa contratada a continuação da contratação ficará condicionada à análise pela solicitante do objeto quando ao procedimento realizado e à documentação da nova empresa, considerando todas as normas aqui estabelecidas como parâmetros de aceitação, tendo em vista a eliminação dos riscos de insucesso na execução do objeto contratado.

i). Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta licitação, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o foro da Justiça Estadual da Comarca desta cidade excluindo quaisquer outros, por mais privilegiado que seja.

9. DOS ANEXOS;

a). Constituem anexos do edital e dele fazem parte integrante, independentemente de transcrição, os seguintes anexos:

b). Anexo I - Termo de Referência;

c). Anexo IV – Modelo de Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

d). Anexo IX – Modelo de proposta;

e). Anexo XII – Minuta do Contrato;

f). Anexo XIV – Termo de encerramento;

Timbiras – MA, de de 2021

Raimundo Jonas Silva Coelho
Presidente/CPL



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

ANEXO II
DECLARAÇÃO EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO
INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Para a Comissão Permanente de Licitação/CPL
Câmara Municipal de Timbiras/MA

Ref.: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº/2021

Prezados Senhores,

_____ (nome da empresa) _____, CNPJ nº _____, sediada em
_____ (endereço completo) _____, por intermédio de seu representante legal Sr(a)
_____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do
CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei no
8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei no 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não
emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega
menor de 16 (dezesseis) anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz ().

.....(.....), de de 2021

.....
(nome, cargo, carimbo e assinatura do representante legal da proponente,
em papel timbrado da empresa, devidamente identificado)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

ANEXO III
MODELO DE PROPOSTA

01 – IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE:

NOME DO PROPONENTE:.....REFERENTA À DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº/21

CNPJ/MF:..... PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº/21.

ENDEREÇO:

BAIRRO: _____ CEP: _____ CIDADE/UF: _____

TEL: (____) _____ FAX: (____) _____

DADOS BANCÁRIOS: N.º e NOME DO BANCO, AGÊNCIA, N.º DA CONTA-CORRENTE COM IDENTIFICAÇÃO DO FAVORECIDO.

CONTATO: _____

02 – Objeto: Contratação de empresa para, de interesse da Câmara Municipal de Timbiras/MA, conforme o abaixo especificado:

Item	Especificação	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1					
VALOR TOTAL					

03 - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

04 - VALIDADE DA PROPOSTA: *mínima de 60 (sessenta) dias.*

05 – PRAZO DE EXECUÇÃO:

06 – VALOR UNITÁRIO E TOTAL DA PROPOSTA: (em algarismos e por extenso).

Local e data, de de 2021.

[Carimbo Padronizado do CNPJ da empresa]

Assinatura do Representante legal/Função

Nome:

Cargo:

RG.:

CPF:

Elaborar a proposta em papel timbrado da empresa.



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 - 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 - 1134
CEP. 65.420-000 - Timbiras - Maranhão

Minuta do Contrato



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 - 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 - 1134
CEP. 65.420-000 - Timbiras - Maranhão

Órgão Solicitante: Diretoria Administrativa

Contrato N.º ___/2021

Dispensa de Licitação ___/2021

Processo Administrativo n.º ___/2021

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA
MUNICIPAL DE TIMBIRAS, E A EMPRESA;
_____; NA FORMA ABAIXO**

PRELIMINARES;

Por este instrumento particular de prestação de serviços, que entre si fazem, de um lado como **Contratante** a Câmara Municipal de Timbiras, Estado do Maranhão, com a sede localizada à Rua José Antônio Francis, s/n, Centro, nesta cidade, CEP: 65.420-000, inscrita no CNPJ n.º 23.662.570/0001-42, representada pelo Excelentíssimo Presidente, Sr. Alexandro Rocha Nascimento, portador do CPF n.º 042.063.303-01 e do RG: 033861502007-2 SSP/MA, e a empresa: (Razão Social): _____ (nome fantasia) _____, situada à _____ n.º ___, bairro _____, _____/_____, CEP: _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, neste ato representada pelo seu signatário, Sr; _____, brasileiro, _____, residente e domiciliado no endereço, portador da Cédula de Identidade n.º _____/_____, e do CPF n.º _____, a seguir denominado **Contratada**, na presença das testemunhas abaixo firmadas, acordam e justam firmar o presente contrato, atendidas as cláusulas e condições que se anunciam a seguir expressas:

Cláusula Primeira: DO OBJETO DO CONTRATO;

1.1.O presente contrato tem pôr objeto a **contratação de empresa para** _____

Cláusula Segunda: DO FUNDAMENTO LEGAL;

2.1. Este contrato tem como amparo legal a dispensa de licitação n.º ___/2021, a Lei Federal n.º 8.666/93, a, Complementar 147/2014, e demais normas pertinentes à espécie;

Parágrafo 1º A proposta de preços apresentada passa a integrar este contrato.

Cláusula Terceira: DO VALOR CONTRATUAL;

3.1. Pelo do objeto ora contratado, a Contratante pagará à Contratada o Valor contrato: mensal de R\$ (.....), totalizando um valor global de R\$ (.....), conforme descrição abaixo:



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 - 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 - 1134
CEP. 65.420-000 - Timbiras - Maranhão

Lote I - Diretoria Administrativa					
Item		und	Qtd	Valor unitário	Valor global
Valor Total do Lote				RS	

Parágrafo Único: As quantidades previstas na tabela acima são estimativas máximas para o período de validade do Contrato, reservando-se à contratante, direito de adquirir em cada item o quantitativo que julgar necessário, podendo ser parcial, integral ou até mesmo abster-se de adquirir quaisquer itens especificados.

Cláusula Quarta: DOS RECURSOS FINANCEIROS;

4.1 As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos recursos classificados conforme abaixo especificado:

01- Poder Legislativo; 00 - Câmara Municipal; 01.031.0001.2001.0000 - Manutenção e Funcionamento do Legislativo Municipal; 33.90.30.00 - Material de Consumo;

Cláusula Quinta: DA VIGÊNCIA DO CONTRATO;

5.1. A vigência do contrato iniciar-se-á na data de sua assinatura, depois da publicação do seu resumo na imprensa oficial, em obediência ao Art. 6º inciso XIII da lei 8666/93 c/c o artigo 8º, § 1º, inciso IV, da Lei Federal nº 12.527/2011 e do parágrafo único do Art. 61 da Lei Federal n. 8666/93, a partir de quando as obrigações assumidas pelas partes serão exigíveis e terá vigência até 31 de março do corrente ano.

Cláusula Sexta: DOS FORNECIMENTOS, LOCAL E FORMA DE EXECUÇÃO;

6.1. O Fornecimento deveser executado, conforme especificados no Termo de Referência, que deu origem ao processo ao presente contrato, sendo que a inobservância das condições implicará recusa sem que caiba qualquer tipo de reclamação por parte da inadimplente. A Contratada obriga-se a substituir o objeto que porventura não atendam às especificações, sob pena das sanções cabíveis.

6.2. O objeto licitado deveser fornecido sem ônus para a Contratante

Parágrafo 1º - Os fornecimentos deverão ser realizados de forma imediata, após o recebimento da ordem de fornecimento em dias úteis, em local e horário obrigatoriamente definido pela mesma ordem.

Parágrafo 2º - No caso de algo superveniente, fortuito ou de força maior e não serem tomadas providencia dentro de 02 (duas) horas da solicitação para a substituição mencionada, a Contratante poderá adotar as medidas que julgar necessárias, por conta e risco da contratada.



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

Parágrafo 3º - Caso a data solicitação da nova ordem de fornecimento coincida com dia em que não haja expediente, o mesmo se fará no dia útil imediatamente posterior.

Cláusula Sétima: DO PAGAMENTO;

O pagamento será efetuado pelo **Contratante** no prazo máximo de até 30 (trinta) dias consecutivos, a contar da solicitação de pagamento pela **Contratada**.

- a) Nota Fiscal / Fatura;
- b) Certidão Negativa de Débitos relativa às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros - INSS, com validade compatível com a data do pagamento (Lei nº 8.212/91);
- c) Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Fornecimento – FGTS, com validade compatível com a data do pagamento (Lei nº 8.036/90);
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
- e) Certidão de Regularidade com a Fazenda Estadual e Federal, com validade compatível com a data do pagamento (Lei 2.231/1962 e Lei nº 7.799/2002);

Parágrafo Primeiro: O contratante efetuará o pagamento à contratada na seguinte descrição bancários: Caixa Econômica Federal; Agência 0766, Conta corrente: 003.0000868-0.

Parágrafo Segundo - A nota fiscal/fatura será conferida e atestada pelo Fiscal do Contrato.

Cláusula Oitava: DA RECOMPOSIÇÃO AO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO OBJETO DO CONTRATO;

8.1. Ocorrendo desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, a Administração poderá restabelecer a relação pactuada, nos termos do art. 65, inciso II, alínea d, da Lei nº 8.666/93, mediante comprovação documental e requerimento expreso da contratada.

Cláusula Nona: DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO;

9.1. Contratante indicará uma pessoa de seu preposto para exercer as atividades de fiscalização dos Fornecimentos recebidos.

O Licitante deverá manter preposto aprovado pela câmara municipal, por meio da fiscalização, durante toda a execução do objeto, para representá-la sempre que for necessário.

- a) A pessoa indicada como preposto deve ter um nível de instrução e conhecimento compatível com os fornecimentos objeto deste Termo.
- b) . Ao fiscal competirá:
- c) Dirimir dúvidas que surgirem no curso da execução deste instrumento, conforme art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

- d). Fiscalizar a execução dos fornecimentos desde a assinatura do Instrumento Contratual até a extinção ou rescisão do mesmo;
- e) Providenciar Livro de Registro, onde deverá ser documentado, juntamente como o preposto do Licitante, as ocorrências havidas.

Parágrafo Primeiro - O Fiscal para este Contrato será nomeado através de portaria e/ou decreto.

Cláusula Décima: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA;

Obriga-se, ainda a contratada, sem prejuízo do constante nas solicitações da câmara e da proposta naquilo que não contrariar as disposições deste instrumento:

- a) Prestar o Fornecimento mantendo todas as condições de qualidade originais;
- b) Cumprir todas as cláusulas e condições deste contrato;
- c) Atender prontamente as Ordens de Fornecimentos, instalação das mesmas, expedindo a competente nota de prestação de fornecimentos;
- d) Responder pelos prejuízos materiais ou pessoais causados por danos resultantes de negligência, imperícia, imprudência ou dolo próprio, bem como dos prejuízos decorrentes da qualidade do Fornecimento;
- e) Arcar com os tributos, que incidam ou venham incidir sobre o respectivo contrato.

Cláusula Décima-Primeira: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE;

- a) Acompanhar e fiscalizar todos os procedimentos da Contratada, pertinentes ao Fornecimento do presente Contrato;
- b) Efetuar pagamento em moeda corrente nacional em até 30 (trinta) dias após apresentação da Nota de Prestação de fornecimentos;

Cláusula Décima Segunda: DA TROCA EVENTUAL DE DOCUMENTOS;

- 12.1. A troca eventual de documentos entre a Contratante e a Contratada, será realizada através de protocolo;
- 12.2. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos.

Cláusula Décima Terceira: DA RESCISÃO DO CONTRATO;

- 13.1. A rescisão do contrato terá lugar de pleno direito, a critério da Contratante, independentemente de interposição judicial ou extrajudicial, em conformidade com o art. 55, inciso IX, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações nos casos previstos nos artigos 77 e 78 da referida lei.



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

Cláusula Décima Quarta: DAS SANÇÕES E PENALIDADES;

14.1. A contratada quando ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do objeto licitado, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Câmara Municipal de Timbiras, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a pena.

14.2. A penalidade será obrigatoriamente registrada no Diário Oficial do Maranhão e no caso de suspensão de licitar, a contratada deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das demais cominações legais.

14.3. No caso de inadimplemento, a contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

14.3.1. Advertência;

14.3.2. Multa por atraso a cada 30 (trinta) dias, no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor do contrato, caso não sejam cumpridas fielmente as condições pactuadas;

14.3.3. Multa, moratória simples, de 0,4% (quatro décimos por cento), na hipótese de atraso no cumprimento de suas obrigações contratuais, calculada sobre o valor da fatura;

14.3.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com Administração por período não superior a 2 (dois) anos; e

14.3.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

14.3.6. A aplicação da sanção prevista no item 14.3.1, não prejudica a incidência cumulativa das penalidades dos itens 14.3.2, 14.3.3 e 14.3.4, principalmente, sem prejuízo de outras hipóteses, em caso de reincidência de atraso na entrega do objeto licitado ou caso haja cumulação de inadimplemento de eventuais cotas mensais, expressamente previstas, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

14.4. As sanções previstas nos itens 14.3.1, 14.3.4 e 14.3.5, poderão ser aplicadas conjuntamente com os itens 14.3.2 e 14.3.3, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

14.5. Ocorrendo à inexecução de que trata o item 14.3, reserva-se ao órgão contratante o direito de optar pela oferta que se apresentar como aquela mais vantajosa, pela ordem de classificação, comunicando-se, em seguida, a Comissão Permanente de Licitação – Comissão, para as providências cabíveis.



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

14.6. A segunda adjudicatória, ocorrendo a hipótese do item anterior, ficará sujeita às mesmas condições estabelecidas ao edital que deu origem a este contrato;

14.7 A aplicação das penalidades previstas nesta cláusula é de competência exclusiva da Câmara Municipal de Timbiras.

Cláusula Décima Quinta: DOS CASOS OMISSOS;

15.1. Os casos omissos serão resolvidos à luz das leis que regeram todo o certame licitatório e dos princípios gerais de direito.

Cláusula Décima Sexta: DO FORO;

16.1. Fica eleito o foro da Comarca desta cidade para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da interpretação deste contrato com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Contrato, que foi impresso em 03 (três) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas para que surtam seus legais e jurídicos efeitos.

Timbiras (MA), ____ de _____ de 2021

Alexandro Rocha Nascimento
Presidente da Câmara Municipal
Contratante

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXX
Contratada

Testemunhas:

NOME:
CPF:

NOME:
CPF:



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

PARECER JURÍDICO

Processo Administrativo nº 019/2021

Interessado: Comissão Permanente de Licitação - CPL

Assunto: Parecer/Minuta do Edital/Dispensa de Licitação

Base Legal: Lei Federal nº 8.666/93, art. 38, § único; Art. 24, II.

Análise jurídica da minuta do edital Dispensa de Licitação, que tem como objeto Contratação de empresa para o fornecimento de coffee brack, lanches e refeição do tipo marmitex, para as sessões ordinárias e extraordinárias da Câmara Municipal de Timbiras/MA, nos termos das legislações pertinentes ao caso concreto.

Senhor(a) Presidente,

Por força da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, vieram a esta assessoria os autos da dispensa de licitação nº 07/2021-Câmara, para fins de análise e parecer.

A Lei de Licitações, em seu art. 38, parágrafo único, prevê que as minutas de editais de licitação devem ser previamente examinadas e aprovadas pela Assessoria Jurídica desta Casa Legislativa, senão vejamos:

"Art. 38 -

O procedimento da licitação será iniciado com a abertura do processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente:

(...)

VI. Pareceres técnicos ou jurídicos emitidos sobre a licitação, dispensa ou inexigibilidade.

2. Da escolha da modalidade;

As compras e contratações a serem realizadas pela administração pública ser revestidas de cuidados e adotar procedimentos simplificados, à fim de atender o devido destino dos recursos financeiros, bem como a devida aplicação. Partindo dessa premissa a questão da escolha da modalidade de licitação é o primeiro passo, assim norteia a jurisprudência do TCU;



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

Identificar a necessidade, motiva-se a contratação, para então, partir-se para verificação da melhor forma de sua prestação. Ou seja, a decisão pela contratação direta, por inexigibilidade ou dispensa é posterior e toda uma etapa preparatória que deve ser a mesma para qualquer caso. A impossibilidade ou a identificação de possibilidade de contratação direta como melhor opção para a administração, só surge após a etapa inicial de estudos. Como regra geral é a licitação, a sua dispensa ou inexigibilidade configuram exceções. Como tal, portanto, não podem ser adotadas antes das pesquisas e estudos que permitam chegar a essa conclusão.

A exigência para o procedimento licitatório está insculpida no artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal e regulamentada pela Lei nº 8.666/93. Conforme se verifica no presente processo de dispensa de licitação, o valor a ser contratado é inferior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

E nesta situação, o artigo 24, inciso II da Lei 8.666/93 assevera o seguinte:

"Art. 24. É dispensável a licitação:

.....

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

....."

Cumpre-se salientar que a alínea "a" do inciso II do artigo anterior mencionado na norma citada imediatamente acima é a modalidade licitatória "carta convite", cujo valor limite é até R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) e portanto, sendo dispensável contratação no valor de 10% (dez por cento) deste valor. Conclui-se portanto que o valor deste processo de dispensa está dentro dos limites legais.

Em relação à minuta do contrato (Anexo) tem-se o Art. 55 da Lei 8.666/93 no qual faremos uma comparação entre os requisitos nos incisos do referido artigo e a minuta apresentada pela CPL, senão veremos;



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 - 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 - 1134
CEP. 65.420-000 - Timbiras - Maranhão

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

- I - o objeto e seus elementos característicos;
- II - o regime de execução ou a forma de fornecimento;
- III - o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;
- IV - os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso;
- V - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;
- VI - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas;
- VII - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas;
- VIII - os casos de rescisão;
- IX - o reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 desta Lei;
- X - as condições de importação, a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;
- XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a é exigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor;
- XII - a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos;
- XIII - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

§ 2º Nos contratos celebrados pela Administração Pública com pessoas físicas ou jurídicas, inclusive aquelas domiciliadas no estrangeiro, deverá constar necessariamente cláusula que declare competente o foro da sede da Administração para dirimir qualquer questão contratual, salvo o disposto no § 6º do art. 32 desta Lei.

De outro passo, deve ser verificada também a conformidade expressa no caput do art. 26, combinado com o respectivo parágrafo único, vislumbra-se que a instrução do procedimento de dispensa e inexigibilidade de licitação deve ser elaborada com a justificativa da situação que a ensejou, da escolha do fornecedor e do preço contratado. se estão coerentes com o procedimento aplicado pela Comissão Permanente de Licitação - CPL.

Da Conclusão




CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 - 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 - 1134
CEP. 65.420-000 - Timbiras - Maranhão

No caso vertente, após análise da referida dispensa, constatamos que as exigências da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, estão adequados, o que nos leva a opinar pela sua aprovação.

Este é o parecer, *s.m.j.*

Timbiras (MA), 14 de janeiro de 2021.


Advogado; Dr. Glauber Rogers Cantanhede Paiva Frazão
Assessor jurídico da Câmara
OAB/MA N. 13.369



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Dispensa de licitação n. 07/2021

Requisitante: Câmara Municipal de Timbiras/*Comissão Permanente de Licitação*

À empresa (Razão Social): A K de A Lima - ME

CNPJ: 27.118.511/0001-69

ENDEREÇO: Rua Urbano Santos, nº 697, bairro Centro, Timbiras/MA.

Senhor (a) Signatário (a);

Convidamos você licitante para apresentar sua documentação de habilitação e reapresentar proposta de preço em até 05 (cinco) dias úteis na sala da Comissão Permanente de Licitação, situada Rua José Antônio Francis, s/n – Centro, nesta cidade em até 03 (três) dias úteis das 08h00min às 12h00min ou através de e-mail: camaratimbirasoficial@gmail.com.com. referente ao processo administrativo nº 019/2021, conforme termos que seguem abaixo.

2. OBJETO DA LICITAÇÃO;

a) A presente licitação tem por objeto a *Contratação de empresa para o fornecimento de coffe brack, lanches e refeição do tipo marmitex, para as sessões ordinárias e extraordinárias da Câmara Municipal de Timbiras/MA*, conforme especificações contidas no Anexo I deste Edital, Termo de referências.

b) A quantidade dos produtos/serviços indicada no Termo de Referência é apenas estimativa de consumo e será solicitada de acordo com as necessidades do(s) **Órgão(s) Solicitante(s)**, podendo ser utilizada no todo ou em parte.

3. FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA;

a) A proposta deverá ser datilografada ou impressa por qualquer processo eletrônico, preferencialmente em papel timbrado do proponente, sem cotações alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas, devendo estar rubricada(s), sua(s) página(s) e a última assinada e datada pelo signatário legal da empresa;

b) A proposta deverá ser apresentada em 01 (uma) via, contendo obrigatoriamente (conforme declaração em anexo) os seguintes itens:

c) Número da dispensa de licitação, do processo administrativo, nome completo do representante legal da empresa, número do CPF e cargo na empresa;

d) Os seguintes dados da empresa: Razão Social; Endereço; Telefone; Número do CNPJ; Dados bancários – Agência/Conta/Banco e-mail (se houver).



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

- c) Preço unitário de cada item em algarismo arábico e preço total em algarismo arábico e por extenso da proposta, na moeda nacional, já incluídos os custos de frete, encargos fiscais, comerciais e quaisquer outras despesas incidentes sobre o objeto licitado;
- i) Prazo de validade de 60 (sessenta) dias consecutivos, a contar da data de sua apresentação;
- j) Decorrido o prazo da validade da proposta, sem convocação para a contratação, fica o licitante liberado do compromisso assumido.
- h) Especificação clara do objeto, de acordo com o Anexo I – Termo de Referência, contendo a marca do(s) produto(s) cotado(s).
- k) Não serão consideradas as propostas com alternativas, devendo o licitante se limitar às especificações deste Edital.
- k) Prazo de entrega conforme definido no Anexo I - Termo de Referência;

4. DA DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO;

Habilitação Jurídica:

I – Cédula de identidade e CPF (ou documento equivalente) do empresário (no caso de microempreendedor individual, ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI), ou de todos os sócios (no caso de sociedade civil ou empresa LTDA.), ou do presidente (no caso de cooperativa, fundação ou sociedade anônima); e

II - registro comercial, no caso de empresa individual;

III – ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

IV – Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

V – Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

Relativo à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

a) Certidão de prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ (Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral) emitido há pelo menos 60 (sessenta) dias antes deste certame.



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

- b) Certidão Conjunta Negativa, ou Certidão Conjunta Positiva com efeitos de Negativa, de Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, comprovando a regularidade para com a Fazenda Federal.
- c) Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, expedida pelo Estado do domicílio ou sede do licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Estadual.
- d) Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, quanto à Dívida Ativa do Estado, do domicílio ou sede do licitante.
- e) Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, quanto à Dívida Ativa do Município, do domicílio ou sede do licitante ou pelo órgão responsável pela emissão da referida certidão.
- f) Certidão Negativa de débitos, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, quanto ao domicílio ou sede do licitante ou pelo órgão responsável pela emissão da referida certidão.
- g) Certificado de Regularidade Fiscal – CRF perante a Caixa Econômica Federal.
- h) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.
- i) Certidão de Débitos Administrativos do MTE (A consulta ao Cadastro será realizada em nome da pessoa jurídica e também de seu sócio majoritário).

Declarações

- a) Modelo de declaração de que **não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, de conformidade com o disposto no art. 27, inciso V, da Lei n.º 8.666/93, nos termos do Anexo II.**
- b) Modelo de proposta. Nos termos do **Anexo III**

5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA;

- b) As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta dos recursos oriundos Classificados conforme abaixo especificado:

Poder Legislativo; 00 – Câmara Municipal 01.031.0001.2001.0000 - Manutenção e Funcionamento do Legislativo Municipal; 33.90.39 – 3.3.90.30.00 - Material de Consumo.

6. DO CONTRATO;



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

- a). A contratação do objeto licitado será efetivada mediante contrato, conforme minuta constante no Anexo do edital.
- b). O contrato, que obedecerá as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, estará vinculado integralmente à este instrumento, implicando na obrigatoriedade do licitante vencedora em cumprir todas as obrigações e condições das especificadas neste Edital e seus Anexos.
- c). O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta do licitante vencedor deste certame, farão parte integrante do contrato, independente de transcrição.
- d). O contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, pela Contratante, independentemente de qualquer notificação ou interpelação judicial desde que a Contratada deixe de cumprir com qualquer das Cláusulas do Contrato, além de ficar sujeita às penalidades previstas na Lei nº 8.666/93 e no edital desta licitação.
- e). O contrato poderá ser alterado nos termos do artigo 65 da Lei nº 8.666/93, mediante as devidas justificativas.

7. DO PAGAMENTO;

- a). O pagamento será feito em favor da contratada, através de depósito bancário na sua conta corrente por intermédio de ordem bancária, emitido pela solicitante do objeto.
- b). A contratada deverá apresentar a respectiva nota fiscal/fatura à solicitante acompanhada da autorização, da certidão negativa de débitos junto à Seguridade Social CND/ INSS e da Certidão de Regularidade do FGTS, Prova de Regularidade com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede da licitante, mediante a: Certidão Negativa de Débitos Fiscais e Certidão Negativa da Dívida Ativa. Prova de Regularidade com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede da licitante, mediante a Certidão Negativa de Débitos Municipais relativos à: ISSQN – Imposto Sobre de Qualquer Natureza; Certidão Negativa de Débitos Fiscais; Certidão Negativa da Dívida Ativa, todas, com validades compatíveis à data de pagamento e com o Documento de Autenticação de Nota Fiscal para Órgãos Públicos – DANFOP.
- c). É vedada expressamente a realização de cobrança de forma diversa da estipulada neste Edital, em especial a cobrança bancária, mediante boleto ou mesmo o protesto de título, sob pena de aplicação das sanções previstas neste instrumento e indenização pelos danos decorrentes.
- d). A nota fiscal/fatura será conferida e atestada pela responsável do recebimento do objeto da licitação o qual será designado pela solicitante.
- e). O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos após a assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, desde que não haja fator impeditivo provocado pela contratada.



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

8. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS;

- a). Os casos não previstos e as dúvidas deste Edital serão resolvidos pela Comissão Permanente de Licitação, com base à legislação que se aplica a modalidade em tela, sob a égide da Lei nº 8.666/93, e subsidiariamente, no que couberem, e demais normas pertinentes à espécie.
- b). Fica assegurado a Câmara o direito de, no interesse da Administração, anular ou revogar, à qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- c). A participação nesta licitação implicará na aceitação integral e irrevogável de suas normas e observância dos preceitos legais e regulamentares, ressalvados o direito de impugnação e de recurso.
- d). O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, conforme previsto no § 1º do Art. 65 da Lei 8.666/93.
- e). O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que sejam possíveis as aferições das suas qualificações e a exata compreensão da sua proposta.
- f). Caso seja necessária interrupção, os autos do processo ficarão sob a guarda da CPL, que designará nova data para a continuação dos trabalhos.
- g). A homologação do resultado desta licitação não implicará em direito a contratação.
- h). Ocorrendo cisão, incorporação ou fusão da futura empresa contratada a continuação da contratação ficará condicionada à análise pela solicitante do objeto quando ao procedimento realizado e à documentação da nova empresa, considerando todas as normas aqui estabelecidas como parâmetros de aceitação, tendo em vista a eliminação dos riscos de insucesso na execução do objeto contratado.
- i). Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta licitação, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o foro da Justiça Estadual da Comarca desta cidade excluindo quaisquer outros, por mais privilegiado que seja.

9. DOS ANEXOS;

- a). Constituem anexos do edital e dele fazem parte integrante, independentemente de transcrição, os seguintes anexos:
- b). Anexo I - Termo de Referência;
- c). Anexo IV – Modelo de Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
- d). Anexo IX – Modelo de proposta;
- e). Anexo XII – Minuta do Contrato;



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

f). Anexo XIV – Termo de encerramento;

Timbiras – MA, de de 2021


Raimundo Jonas Silva Coelho
Presidente/CPL



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

ANEXO II
DECLARAÇÃO EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO
INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Para a Comissão Permanente de Licitação/CPL
Câmara Municipal de Timbiras/MA

Ref.: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº .../2021

Prezados Senhores,

_____ (nome da empresa) _____, CNPJ nº _____, sediada em
_____ (endereço completo) _____, por intermédio de seu representante legal Sr(a)
_____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do
CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei no
8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei no 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não
emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega
menor de 16 (dezesseis) anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz ().

.....(.....), de de 2021

.....
(nome, cargo, carimbo e assinatura do representante legal da proponente,
em papel timbrado da empresa, devidamente identificado)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

ANEXO III
MODELO DE PROPOSTA

01 – IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE:

NOME DO PROPONENTE:.....REFERENTA À DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº...../21

CNPJ/MF:..... PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº...../21.

ENDEREÇO:

BAIRRO: _____ CEP: _____ CIDADE/UF: _____

TEL: (____) _____ FAX: (____) _____

DADOS BANCÁRIOS: N.º e NOME DO BANCO, AGÊNCIA, N.º DA CONTA-CORRENTE COM IDENTIFICAÇÃO DO FAVORECIDO.

CONTATO: _____

02 – Objeto: Contratação de empresa para, de interesse da Câmara Municipal de Timbiras/MA, conforme o abaixo especificado:

Item	Especificação	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1					
VALOR TOTAL					

03 - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

04 - VALIDADE DA PROPOSTA: *mínima de 60 (sessenta) dias.*

05 – PRAZO DE EXECUÇÃO:

06 – VALOR UNITÁRIO E TOTAL DA PROPOSTA: (em algarismos e por extenso).

Local e data, de de 2021.

[Carimbo Padronizado do CNPJ da empresa]

Assinatura do Representante legal/Função

Nome:
Cargo:
RG:
CPF:

Elaborar a proposta em papel timbrado da empresa.



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

TERMO DE ENCERRAMENTO

Este volume do edital de licitação na modalidade Dispensa de licitação nº ____/2021, possui _____ (_____) folhas, incluindo esta, numericamente ordenadas e rubricadas por minha pessoa.

Comissão Permanente de Licitação da CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS, Estado do Maranhão, xx de xxxxxx de 20...



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 - 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 - 1134
CEP. 65.420-000 - Timbiras - Maranhão

Documentação de habilitação



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial de Previdência e Trabalho
Secretaria de Trabalho
Subsecretaria de Inspeção do Trabalho

CERTIDÃO DE DÉBITOS
NEGATIVA

EMPREGADOR: A K DE A LIMA (SELF SERVICE DA MARCIA)

CNPJ: 27.118.511/0001-69

DATA E HORA DA EMISSÃO: 17/01/2021, às 17h09

CERTIFICA-SE, de acordo com às informações registradas no sistema CPMR - Controle de Processos de Multas e Recursos que, nesta data, **NÃO CONSTAM** débitos decorrentes de autuações em face do empregador acima identificado.

1. Esta certidão abrange todos os estabelecimentos do empregador.
2. A presente certidão não modifica a situação do empregador que conste do cadastro previsto na Portaria Interministerial MTE/SDH n° 2, de 12 de maio de 2011, que disciplina o Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas a de escravo.
3. Conforme artigo 5º único da portaria 1421/2014 do MTE, a certidão ora instituída refletirá sempre a última situação ocorrida em cadastros administrativos pelo emitente, de modo que, havendo processos enviados à Procuradoria da Fazenda Nacional - PFN, quanto a estes, poderá ser obtida certidão perante aquele órgão, visando a demonstrar a situação atualizada dos mesmos.
4. A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço <http://www.mte.gov.br/certidao/infracoes/debitos> utilizando o código 3uJThqj.
5. Expedida com base na Portaria MTE n° 1.421, de 12 de setembro de 2014. Emitida gratuitamente.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial de Previdência e Trabalho
Secretaria de Trabalho
Subsecretaria de Inspeção do Trabalho

CERTIDÃO DE DÉBITOS
NEGATIVA

EMPREGADOR: ANDRE KELSON DE ARAUJO LIMA

CPF: 044.805.353-57

DATA E HORA DA EMISSÃO: 17/01/2021, às 17h10

CERTIFICA-SE, de acordo com às informações registradas no sistema CPMR - Controle de Processos de Multas e Recursos que, nesta data, **NÃO CONSTAM** débitos decorrentes de autuações em face do empregador acima identificado.

1. Esta certidão abrange todos os estabelecimentos do empregador.
2. A presente certidão não modifica a situação do empregador que conste do cadastro previsto na Portaria Interministerial MTE/SDH n° 2, de 12 de maio de 2011, que disciplina o Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas a de escravo.
3. Conforme artigo 5º único da portaria 1421/2014 do MTE, a certidão ora instituída refletirá sempre a última situação ocorrida em cadastros administrativos pelo emitente, de modo que, havendo processos enviados à Procuradoria da Fazenda Nacional - PFN, quanto a estes, poderá ser obtida certidão perante aquele órgão, visando a demonstrar a situação atualizada dos mesmos.
4. A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço <http://www.mte.gov.br/certidao/infracoes/debitos> utilizando o código 3ujTypz.
5. Expedida com base na Portaria MTE n° 1.421, de 12 de setembro de 2014. Emitida gratuitamente.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA



NÚMERO DE INSCRIÇÃO 27.118.511/0001-69 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 15/02/2017
NOME EMPRESARIAL A K DE A LIMA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) SELF SERVICE DA MARCIA		PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 56.11-2-01 - Restaurantes e similares		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 56.11-2-04 - Bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas, sem entretenimento 56.11-2-03 - Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares 56.20-1-01 - Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para empresas 56.20-1-02 - Serviços de alimentação para eventos e recepções - bufê 56.20-1-04 - Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para consumo domiciliar		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - Empresário (Individual)		
LOGRADOURO R URBANO SANTOS	NÚMERO 697	COMPLEMENTO *****
CEP 65.420-000	BARRIO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO TIMBIRAS
		UF MA
ENDEREÇO ELETRÔNICO ANDRELGCNTAIL@GMAIL.COM	TELEFONE (98) 8110-7811	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 15/02/2017	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 17/01/2021 às 16:11:15 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
 SETOR DE TRIBUTOS E ARRECAÇÃO
 RUA JOSÉ ANTÔNIO FRANCIS, 15. CENTRO/TIMBIRAS - MA

PREFEITURA DE
TIMBIRAS
 CIDADE DE TODOS



CNPJ: 06.424.618/0001 - 65

2021

ALVARÁ DE LICENÇA E FUNCIONAMENTO

Nº da Inscrição	Nº do Alvará	Validade
00064	007/2021	31/12/2021

Nome: **A K DE A LIMA - ME**
 CPF/CNPJ: **27.118.511/0001-69**
 RG/Insc Municipal: **00064***
 Nome Fantasia: **SELF SERVICE DA MARCIA**

Endereço

Logradouro: **RUA URBANO SANTOS** Número: **697**
 Complemento:
 Bairro: **CENTRO** CEP: **65420000**
 Cidade: **TIMBIRAS** Estado: **MA**

Atividade Principal

RESTAURANTES E SIMILARES

Observações:

Regulamentado conforme a Lei Nº 262/18, de 12/12/2018 do Código Tributário deste Município.

06.424.618/0001-65

Diego Aríston Cardoso dos Santos
 Coordenador de Tributos e Arrecadação

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
 Rua José Antonio Francis, nº15 - Centro.
 CEP- 65.420-000 Timbiras - MA

Diego Aríston Cardoso dos Santos
 Coordenador de Tributos e Arrecadação

Estabelecimento autorizado a exercer a atividade supra por período, a critério da Administração Pública.

AFIXAR EM LOCAL VISÍVEL NO ESTABELECIMENTO

Voltar Insistir



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 27.118.511/0001-69
Razão Social: A K DE ALIMA ME
Endereço: RUA URBANA SANTOS 697 / CENTRO / TIMBIRAS / MA / 65420-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 31/12/2020 a 29/01/2021

Certificação Número: 2020123103264722069678

Informação obtida em 12/01/2021 10:08:11

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'AK', located below the main text of the certificate.

A second handwritten signature in blue ink, located at the bottom right of the page.



**GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÍVIDA ATIVA

Nº Certidão: 059726/20 Data da 24/11/2020 09:12:40
Inscrição Estadual: 125164572 CPF/CNPJ: 27118511000169
Razão Social: A K DE A LIMA
Endereço: RUA URBANO SANTOS, 697 CEP: 65420000
Telefone: (98)81107811 Município: TIMBIRAS UF: MA

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria e na forma do disposto do artigo 156, da lei nº 2.231, de 29/12/1962, substanciado pelos artigos 240 a 242 da lei nº 7.799, de 19/12/2002, bem como prescreve o artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional) não constam débitos inscritos na Dívida Ativa, em nome do sujeito passivo acima identificado.

Validade da Certidão: 120 (cento e vinte) dias: 24/03/2021

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço:
<http://portal.sefaz.ma.gov.br/>, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Dívida Ativa".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.

Data Impressão: 24/11/2020 09:12:40



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: A K DE A LIMA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 27.118.511/0001-69

Certidão nº: 31108836/2020

Expedição: 24/11/2020, às 09:14:21

Validade: 22/05/2021 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que A K DE A LIMA (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº 27.118.511/0001-69, NÃO CONSTA do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
Rua José Antonio Francis, nº15 - Centro
CNPJ: 06.424.618/0001-65

Certidão Negativa de Débitos Municipais 00168/2020

Certidão fornecida para:

A K DE A LIMA - ME

Código: 000121

CNPJ/CPF Nº: 27.118.511/0001-69

ENDEREÇO: RUA URBANO SANTOS, Nº 697 - CENTRO

C E P.: 65420-000 TIMBIRAS-MA

Certificamos que, revendo os arquivos fiscais competentes referentes aos exercícios anteriores e o atual, **NÃO EXISTEM** pendências de natureza tributária e não tributária em nome do requerente referentes à **ISSQN, TLF, IPTU E DIVIDA ATIVA**, pelo que, expedimos a presente Certidão com prazo, na forma da **LEI Nº 262/18, DE 12/12/2018**, ressalvando o direito da Fazenda Pública Municipal de inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados.

Certidão pedida em 01 de dezembro de 2020
Esta Certidão tem validade até 02 de março de 2021

Diogo Azevedo dos Santos
Coordenador de Tributos e Arrecadação
Portaria nº 01/2020/7

DIEGO AZEVEDO DOS SANTOS
COORDENADOR DE TRIBUTOS E ARRECADAÇÃO

06.424.618/0001-65
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
Rua José Antonio Francis, nº15 - Cer
CEP: 65.420-000 Timbiras - MA

TIMBIRAS 01 DE DEZEMBRO DE 2020



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE TIMBIRAS
SECRETARIA JUDICIAL



CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE FALÊNCIA E CONCORDATA

CERTIFICO e dou fé, a requerimento de parte interessada e pela faculdade que a Lei me confere que, revendo em meu poder os livros de registro de Feitos Falência ou Concordata e Recuperação Judicial e o sistema de distribuição processual desta Secretaria Judicial (THEMISPG), bem como no Processo Judicial Eletrônico - PJE, desde o ano 2002 até o dia 11/01/2021, às 13 horas, constatei **NÃO EXISTIR**, distribuição de AÇÕES em desfavor de **A K DE A LIMA - SELF SERVICE DA MÁRCIA**, inscrita no CNPJ nº 27.118.511/0001-69, com sede na Rua Urbano Santos, nº 697, Centro, nesta cidade de Timbiras, e que pese a distribuição de falência e concordata.

CERTIFICO, finalmente, que a Secretaria de Distribuição a meu cargo, é a única existente nesta Cidade e Comarca de Timbiras/MA. O referido é verdade, me reporto e dou fé. Dada e passada a presente Certidão nesta Secretaria, Cidade e Comarca de Timbiras, Estado do Maranhão. Eu, Eulimar de França Pereira, Secretária Judicial Substituta, assino. O referido é verdade e dou fé.

Timbiras(MA), 12 de janeiro de 2021.


EULIMAR DE FRANÇA PEREIRA
Secretária Judicial Substituta
Mat. 166538



Observações:

1. Esta certidão é emitida em uma única via, sem rasuras e mediante assinatura do servidor. Artigo 199, do Código de Normas da Corregedoria Geral de Justiça/MA.
2. Esta certidão tem validade de 60 (sessenta) dias, artigo 198 Código de Normas CGJ/MA.

Rua das Flores, nº 66, Timbiras/MA. Fone-Fax (0**99) 3668-1150.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
CNPJ - Nº 06.424.618/0001-65



Atestado de Capacidade Técnica

Atestamos, para os devidos fins, que a empresa **A.K. DE A LIMA**, inscrita no CNPJ sob o nº 27.118.511/0001-69, estabelecida na Rua Urbano Santos, nº697, Centro, na cidade de Timbiras, Estado do Maranhão, prestou serviços à Prefeitura Municipal de Timbiras, CNPJ nº 06.424.618/0001-65, estabelecida na Rua José Antonio Francis, nº 15, Centro, na cidade de Timbiras, Estado do Maranhão, detém qualificação técnica para o fornecimento de quentinhas.

Registramos que a empresa prestou serviços no fornecimento de refeições tipo quentinhas e lanches, no período de 13 de junho de 2017 a 29 de dezembro de 2017, conforme contrato 20170613004/2017 e posterior aditivo de contrato por tempo de serviço até 31 de dezembro de 2018.

Informamos ainda que as prestações dos serviços acima referidos apresentaram bom desempenho operacional, tendo a empresa cumprido fielmente com suas obrigações, nada constando que a desabone técnica e comercialmente, até a presente data.

Timbiras - MA, 04 de Janeiro de 2021.


Roberto Carlos Nascimento Neto
Secretário Municipal de Administração e Planejamento
Portaria Nº 024/2017 - CPF: 000.443.113-60
Timbiras - MA







MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional



**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: **A K DE A LIMA**
CNPJ: **27.118.511/0001-69**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. não constam pendências relativas aos débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB); e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 13:57:59 do dia 23/06/2020 <hora e data de Brasília>.
Válida até 20/12/2020.

Código de controle da certidão: **4BA9.D86F.FE18.D45A**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

BRASIL
(HTTPS://GOV.BR)

Relação das certidões emitidas por data de emissão

CNPJ: 27.118.511/0001-69 - A K DE A LIMA
Período: 01/06/2020 a 16/01/2021



Código de controle	Tipo	Data-Hora emissão	Data de validade	Situação	Informações complementares	Segunda via
4BA9.D86F.FE1B.D45A	Positiva com efeitos de negativa	23/06/2020 13:57:59	20/12/2020	Válida Prorrogada até 19/01/2021		

[/Servicos/certidaointernet/PJ/Consult](#)

« « 1 » »

Validade Prorrogada: O prazo de validade desta certidão foi prorrogado pela Portaria Conjunta nº 555/2020 (DOU 24/03/2020) e/ou Portaria Conjunta nº 1.178/2020 (DOU 14/01/2020).

[Nova consulta \(/Servicos/certidaointernet/PJ/Consultar\)](#)

[Handwritten signatures in blue ink]

[Handwritten signature in blue ink]



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

Proposta de preços



PROPOSTA DE PREÇO

1. PROPONENTE

A K DE LIMA

CNPJ: 27.118.511/0001-69

Endereço: Rua Urbano Santos, Nº 697, Bairro Centro, Timbiras-MA

Telefone: (98) 98110-7811

E-mail: shevkelson@hotmail.com

2. REPRESENTANTE LEGAL

Andre Kelson de Araujo Lima

Empresário

CPF: 044.805.353-57

RG: 0694089220199 SESP-MA

Signatário

3. PLANILHA DE PREÇOS

Lote I - Diretoria Administrativa					
Item	Qtd	Descrição dos itens	Unidade	Valor unitário	Valor global
1	150	Fornecimento de Refeição	Und	R\$ 19,00	R\$ 2.850,00
2	150	Fornecimento de Lanches	Und	R\$ 6,00	R\$ 900,00
3	65	Fornecimento de coffe brack tipo 1	Und	R\$ 24,00	R\$ 1.560,00
4	65	Fornecimento de coffe brack tipo 2	Und	R\$ 27,00	R\$ 1.755,00
Valor Total				R\$ 7.065,00	

Valor Global da Proposta R\$ 7.065,00 (sete mil e sessenta e cinco reais).

4. PRAZO DE ENTREGA

O prazo de entrega será de até 05 (cinco) dias consecutivos, contados a partir da data de recebimento da Autorização de Fornecimento.

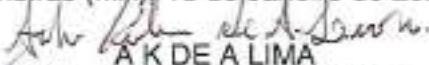
5. PRAZO DE GARANTIA

100 (cem) dias contados a partir da assinatura do Termo de Recebimento Definitivo.

6. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA

60 (sessenta) dias consecutivos a contar da data de hoje.

Timbiras (MA), 18 de Janeiro de 2021.


A K DE A LIMA

Andre Kelson de Araujo Lima

Signatário

CPF: 044.805.353-57

A K DE A LIMA CNPJ: 27.118.511/0001-69

End.: R Urbano Santos, nº 697, bairro centro, CEP: 65.420-000, Timbiras/MA

Email: shevkelson@hotmail.com Tel.: (98) 98110-7811

**DECLARAÇÃO EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO
INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

A K DE LIMA, CNPJ nº 27.118.511/0001-69, sediada em a Rua Urbano Santos, Nº 697, Bairro Centro, Timbiras-MA, por intermédio de seu representante legal Sr(a) Andre Kelson de Araujo Lima, portador(a) da Carteira de Identidade nº 0694089220199 SESP-MA e do CPF nº 044.805.353-57, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei no 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz.

Timbiras – MA 18 de Janeiro de 2021



Andre Kelson de Araujo Lima
Titular





CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 - 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 - 1134
CEP. 65.420-000 - Timbiras - Maranhão

RELATÓRIO CONCLUSIVO DA LICITAÇÃO

Processo Administrativo nº 019/2021

Órgão Solicitante: Diretoria Administrativa

Modalidade de Licitação: Dispensa de Licitação

Destinatário: Ao Gabinete da Presidência

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO **PREÇO E ESCOLHA**

I - DA NECESSIDADE DO OBJETO;

A Comissão Permanente de licitação da Câmara Municipal de Timbiras/MA doravante denominada comissão, apresenta a V. Ex^a. o relatório referente à dispensa de licitação (DL) nº 07/2021 com fundamento no art. 24, inciso II da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores. Trata-se os presentes autos de procedimento, cujo objeto é **Contratação de empresa para o fornecimento de coffee brack, lanches e refeição do tipo marmitex, para as sessões ordinárias e extraordinárias da Câmara Municipal de Timbiras/MA.**

II - DA DISPENSA DE LICITAÇÃO;

As compras e contratações das entidades públicas seguem obrigatoriamente um regime regulamentado por Lei.

O fundamento principal que reza por esta iniciativa é o artigo. 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988, no qual determina que as obras, os serviços, compras e alienações devem ocorrer por meio de licitações.

A licitação foi o meio encontrado pela Administração Pública, para tornar isonômica a participação de interessados em procedimentos que visam suprir as necessidades dos órgãos públicos acerca dos serviços disponibilizados por pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas nos campos mercadológicos distritais, municipais, estaduais e nacionais, e ainda procurar conseguir a proposta mais vantajosa às contratações.

Para melhor entendimento, vejamos o que dispõe o inciso XXI do Artigo 37 da CF/1988:

(...)

"XXI Decisão nº 678/95-TCU-Plenário - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações."

Para regulamentar o exercício dessa atividade foi então criada a Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, mais conhecida como Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

O objetivo da licitação é contratar a proposta mais vantajosa, primando pelos princípios da legalidade, impessoalidade, igualdade, moralidade e publicidade. Licitar é regra. Entretanto, há aquisições e contratações que possuem caracterizações específicas tornando impossíveis e/ou inviáveis as licitações nos trâmites usuais, frustrando a realização adequada das funções estatais.

Na ocorrência de licitações impossíveis e/ou inviáveis, a lei previu exceções à regra, as Dispensas de Licitações e a Inexigibilidade de Licitação. Trata-se de certame realizado sob a obediência ao estabelecido no art. 24, inciso II da Lei n. 8.666/93, onde se verifica ocasião em que é cabível a dispensa de licitação:

"Art. 24 É dispensável a licitação:

...

Decreto 9.412/18 de 18/06/2018

"Contratações por meio de dispensa de licitação, os valores máximos e R\$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais) do II - para outros serviços e compras de valor até dez por cento do limite previsto na alínea "a" do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez."

No caso em questão verifica-se a Dispensa de Licitação com base jurídica no inciso II do art. 26 da Lei nº 8.666/93.

III – DA JUSTIFICATIVA DA DISPENSA E NÃO OCORRÊNCIA DE FRAGMENTAÇÃO;

Diz o art. 26 da Lei 8.666/93, em seu parágrafo único:



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

“Parágrafo único – O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

- I – caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;*
- II – razão da escolha do fornecedor ou executante;*
- III – justificativa do preço;*
- IV – documentos de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados.”*

Os atos em que se verifique a dispensa de licitações são atos que fogem ao princípio constitucional da obrigatoriedade de licitação, consagrando-se como exceções a este princípio. Assim, este tipo de ato trata-se de ato discricionário, mas que devido a sua importância e necessidade extrema de idoneidade, se submete ao crivo de devida justificativa que ateste o referido ato.

No caso em questão se verifica a análise dos incisos II e III, do parágrafo único, do art. 26 da Lei 8.666/93. Inobstante o fato de a presente contratação estar dentro dos limites estabelecidos no art. 24, II da Lei 8.666/93, o que justifica a contratação direta, vale tecer alguns comentários a despeito de eventual fragmentação de despesa, o que ensejaria afronta a Lei de Licitações.

Tanto a doutrina quanto a jurisprudência recomendam que nas compras deverão ser observadas as quantidades a serem adquiridas em função do consumo estimado. Portanto, deve haver um planejamento para a realização das compras, além disso, este planejamento deve observar o princípio da anualidade do orçamento. *“Logo, não pode o agente público justificar o fracionamento da despesa com várias aquisições ou contratações no mesmo exercício, sob modalidade de licitação inferior àquela exigida pelo total da despesa no ano, quando isto for decorrente da falta de planejamento.”* - Manual TCU.

A Constituição Federal em seu artigo 37, inciso XXI estabelece o dever de licitar de forma a assegurar a igualdade de condições a todos os concorrentes, em obediência aos princípios da impessoalidade, da isonomia, da publicidade, da moralidade e da legalidade.

Nesse mesmo sentido, o art. 3º da Lei n.º 8.666/93, reforça a observância desses princípios e ainda estabelece que a licitação corresponde a procedimento administrativo voltado à seleção mais vantajosa para a contratação desejada pela Administração Pública e necessária ao atendimento do interesse público.

Sobre a contratação indevida sem a observância do procedimento licitatório, fracionando as despesas, Jorge Ulysses Jacoby Fernandes, traz em sua obra *Contratação Direta sem Licitação*, páginas 154/159, 5ª edição, Editora Brasília Jurídica, posicionamento do Tribunal de Contas as União, de que: *“O parcelamento de despesa, quer com o objetivo de evitar modalidade mais ampla*



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

de licitação, quer com o de possibilitar-lhe a dispensa, constitui infração legal" (...) e também o TCU firmou entendimento de que "as compras devem ser estimadas para todo o exercício e há de ser preservada a modalidade correta para o objeto total, que agruparia todos os itens".

Essa orientação foi consagrada também em publicação oficial do TCU intitulada Licitações e Contratos – Orientações Básicas, Brasília:

"É vedado o fracionamento de despesa para adoção de dispensa de licitação ou modalidade de licitação menos rigorosa que a determinada para a totalidade do valor do objeto a ser licitado. Lembre-se fracionamento refere-se à despesa."

"Atente para o fato de que, atingindo o limite legalmente fixado para dispensa de licitação, as demais contratações para serviços da mesma natureza deverão observar a obrigatoriedade da realização de certame licitatório, evitando a ocorrência de fracionamento de despesa." Acórdão 73/2003 – Segunda Casa Legislativa.

"Realize, nas compras a serem efetuadas, prévio planejamento para todo o exercício, licitando em conjunto materiais de uma mesma espécie, cujos potenciais fornecedores sejam os mesmo, de forma a racionalizá-las e evitar a fuga da modalidade licitatória prevista no regulamento próprio por fragmentação de despesas" Acórdão 407/2008 – Primeira Casa Legislativa.

IV – DA RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR OU EXECUTANTE;

Em análise aos presentes autos, observamos que foram realizadas pesquisas de preços, tendo o licitante: **A K DE A LIMA - ME** CNPJ: 27.118.511/0001-69, apresentado preços que estão compatíveis com a realidade do mercado, em se tratando de produto similar, podendo a Administração pública adquiri-lo sem qualquer afronta à lei de regência dos certames licitatórios.

O fornecimento dos produtos disponibilizado pelo licitante supracitado é compatível e não apresenta diferença que venha a influenciar na escolha, ficando esta vinculada apenas à verificação ao tipo de licitação adotado.

V – DA COTAÇÃO E JUSTIFICATIVA DO PREÇO;



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

Pelo critério de julgamento utilizado para o certame, **menor valor global** deve presidir a escolha do adjudicatário direto como regra geral, e o meio de aferi-lo está em juntar aos autos do respectivo processo pelo menos 03 (três) propostas.

A despeito desta assertiva, o TCU já se manifestou:

"adotar como regra a realização de coleta de preços nas contratações de serviço e compras dispensadas de licitação com fundamento no art. 24, inciso II, da lei n. 8.666/93" (Decisão nº 678/95-TCU-Plenário, Rel. Min. Lincoln Magalhães da Rocha. DOU de 28. 12.95, pág. 22.603).

"Proceda, quando da realização de licitação, dispensa ou inexigibilidade, à consulta de preços correntes no mercado, ou fixados por órgão oficial competente ou, ainda, constantes do sistema de registro de preços, em cumprimento ao disposto no art. 26, parágrafo único, inciso III, e art. 43, inciso IV, da Lei 8.666/1993, os quais devem ser anexados ao procedimento licitatório (...)." Acórdão 1705/2003 Plenário.

No caso em questão verificamos, como já foi dito, trata-se de situação pertinente a dispensa de licitação.

De acordo com as diretrizes do Tribunal de Contas da União, como pode ser visto acima, a orientação é que no caso de dispensa e inexigibilidade seja obedecida à coleta de preços, que por analogia deve obedecer ao procedimento da modalidade convite que exige no mínimo três licitantes.

De acordo com a Lei 8.666/93, após a cotação, verificado o menor preço, adjudica-se o serviço ou o fornecimento àquele que possuir o menor preço, faz-se a habilitação jurídica, e regularidade fiscal, de acordo com o que reza o art. 27 da Lei 8.666/93, em seus incisos I, IV e V.

VI – DA ESCOLHA;

O licitante escolhido neste processo para sacramentar a contratação dos serviços/produtos pretendidos, será:

- **A K de A Lima - ME CNPJ: 27.118.511/0001-69** – Rua Urbano Santos, nº 697, bairro Centro, Timbiras/MA. R\$ 7.065,00 (sete mil, seiscentos e cinco reais) valor global.



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 - 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 - 1134
CEP. 65.420-000 - Timbiras - Maranhão

VII - DA HABILITAÇÃO JURÍDICA E DA REGULARIDADE FISCAL;

Nos procedimentos administrativos para contratação, a Administração tem o dever de verificar os requisitos de habilitação estabelecidos no art. 27 da Lei 8.666/93.

Porém, excepcionalmente, a lei de regências prevê a possibilidade de dispensa de alguns dos documentos, notadamente, os previstos nos artigos 28 a 31, conforme estabelecido no § 1º do art. 32 da Lei 8.666/93.

A propósito, há recomendação do Tribunal de Contas da União nesse sentido:

"Deve ser observada a exigência legal (art. 29, inciso IV, da Lei nº 8.666, de 1993) e constitucional (art. 195, § 3º, da CF) de que nas licitações públicas, mesmo em casos de dispensa ou inexigibilidade, é obrigatória a comprovação por parte da empresa contratada de:

Certidão Negativa de Débito (INSS - art. 47, inciso I, alínea a, da Lei nº 8.212, de 1991);

Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais (SRF-IN nº 80, de 1997); e

Certificado de Regularidade do FGTS (CEF) (art. 27 da Lei nº 8.036, de 1990). Acórdão 260/2002 Plenário.

Resta deixar consignado que o licitante demonstrou habilmente sua habilitação jurídica e regularidade fiscal.

VIII - FONTE DE RECURSO;

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta dos recursos específicos consignados, classificada conforme abaixo especificado: *Poder Legislativo; 00 - Câmara Municipal; 01.031.0001.2001.0000 - Manutenção e Funcionamento do Legislativo Municipal; 33.90.39 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo.*

IX - DO CONTRATO - MINUTA;

Visando instruir a dispensa de licitação do processo administrativo em epígrafe, definindo claramente as obrigações das partes, esta Comissão juntou aos autos o contrato - minuta, cujos fundamentos jurídicos foram analisados conforme parecer jurídico em anexo.

X - CONCLUSÃO.



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

Sendo assim, esta comissão entende que o procedimento se operou dentro dos ditames legais e que esteja presente o interesse da administração pública em realizar a contratação. Se favorável que se digne a **Ratificar** a decisão emanada que julgou pela dispensabilidade de licitação, ante à criteriosa análise pela assessoria jurídica desta Casa Legislativa, de toda a documentação acostada aos autos que instruem o presente procedimento, e logo em seguida à **Homologação** do objeto. Logo essa decisão é discricionária optar ou não pela contratação, cabendo ao Sr. Presidente fazer um juízo de conveniência e oportunidade e julgar oportuno a continuidade deste pleito administrativo.

É o Parecer desta Comissão, *s.m.j.*

Timbiras/MA, 18 de janeiro de 2021


Raimundo Jonas Silva Coelho
Presidente/CPL


Marinalva Cardoso da Silva de Oliveira
Membro/CPL


Max Vinicius Cantanhede
Membro/CPL



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

DOCUMENTO DE COMUNICAÇÃO INTERNA

À Assessoria Jurídica;


Em obediência ao Art. 38 inciso VI da Lei Federal n.º 8.666/93, encaminho o *processo administrativo nº 019/2021* que versa sobre **Contratação de empresa para o fornecimento de coffee brack, lanches e refeição do tipo marmítex, para as sessões ordinárias e extraordinárias da Câmara Municipal de Timbiras/MA.** Para análise das peças que em consonância com os documentos integrantes nos autos de todo o processo licitatório, deram origem ao processo em epigrafe, enviamos para elaboração do parecer conclusivo.

“Art. 38: procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente.”

“(..)”

“VI - Pareceres técnicos ou jurídicos emitidos sobre a licitação, dispensa ou inexigibilidade;”

Timbiras-MA, 18 de janeiro de 2021.


- **Raimundo Jonas Silva Coelho** -
Presidente/CPL



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

PARECER DE REGULARIDADE DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

Processo Administrativo: nº 019/2021;

Órgão Solicitante: Comissão Permanente de Licitação;

Parecer: Dispensa de Licitação nº. 07/2021.
**PARECER DE REGULARIDADE DO
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO** Inobstante a
regularidade apontada, o certame merece, no que
tange ao plano da legalidade, homologação por
parte da autoridade competente, à quem caberá
ainda deliberar acerca da conveniência da licitação.

Trata-se da solicitação da Comissão Permanente de Licitação/CPL da Câmara Municipal de Timbiras/MA, objetivando a Contratação de empresa para o fornecimento de coffee brack, lanches e refeição do tipo marmitex, para as sessões ordinárias e extraordinárias da Câmara Municipal de Timbiras/MA.

Preliminares

O presente parecer vem dar cumprimento ao que dispõem os artigos 31 e 74 da Constituição Federal, e demais normas que regulam as atribuições do Sistema de Controle Interno, referentes ao exercício de controle prévio e concomitante dos atos de gestão.

Ainda em preliminar, torna-se necessário referirmos que esta assessoria está se manifestando no sentido de, à vista das circunstâncias próprias de cada processo de realização de despesas e na avaliação prévia das implicações legais à qual está submetido esta contratante, dar a assessoria pertinente, a título de orientação e assessoramento, ressaltando-se que, no caso de haver irregularidades, as mesmas serão inexoravelmente apontadas em auditoria própria.

Insto posto ratificamos a orientação de que, em havendo dúvida sobre determinado ato ou fato administrativo, bem como sobre artigo de lei, deverá ser a consulta encaminhada por escrito, juntamente com parecer do órgão técnico pertinente e o respectivo processo. É de fixarmos, por oportuno, que a análise dos fatos se deu com base em documentação acostada aos autos do procedimento da dispensa de licitação em epigrafe nos autos encaminhados pela CPL.

A utilização de licitação para realização de obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações pela administração Pública figura como mandamento constitucional expresso no art. 37, XXI, da Constituição Federal, configurando-se como instituto indispensável à efetivação, em especial dos princípios da Moralidade, Impessoalidade e eficiência da atividade estatal.



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

Sua regulamentação no ordenamento jurídico é feita por meio da Lei nº 8.666/93, que estabelece, detalhadamente, com os procedimentos a ela inerentes, bem como ao contrato administrativo que lhe é consequente.

Conquanto, a referida norma prevê exceções à aplicação de alguns de seus institutos por entender que, em tais casos, seriam esses prejudiciais ao próprio interesse público. Estão tais hipóteses especialmente elencadas nos seus art. 24 e 25 (condições de dispensa e inexigibilidade de licitação).

Cumpre registrar, que o tema merece total cautela da Administração Pública, por se tratar de circunstância extremamente excepcional, passível, quando aplicada incorretamente, de severa punição pela legislação pátria, v.g., art. 89 e ss. Da Lei 8.666/93.

Em decorrência disso, tomamos como parâmetros os abalizamentos feitos pelo Egrégio Tribunal de Contas da União que, com preciosidade, delimita a aplicação da dispensa e da inexigibilidade de Licitação.

13. Acerca da obrigatoriedade de licitar, trago à colação algumas considerações de minha lavra veiculadas no Voto condutor do Acórdão n. 146/2007 -1ª Câmara:

“23. É de se destacar que, por definição, licitação é o procedimento administrativo mediante o qual os órgãos públicos e entidades selecionam a proposta mais vantajosa para a avença de seu interesse”. Nesse contexto, surge um princípio basilar ao direito administrativo, qual seja, o da indispensabilidade da licitação para se adquirir, alienar ou locar bens, contratar a execução de obras ou serviços, que tem assento constitucional (art. 37, inciso XXI, da Carta Política) e infraconstitucional (art. 2º da Lei n. 8.666/1993 para administração pública e art. 2º do RLC para o Sesc).

“24. Essa demanda decorre de princípios também inculpidos no caput do art. 37 da Constituição Federal de 1988, legalidade, impessoalidade, Moralidade, publicidade e eficiência, além de outros elencados pela doutrina para a licitação. É dizer: a regra estatuída na Constituição Federal é a da



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

obrigatoriedade de licitar, já as hipóteses de dispensa e de inexigibilidade de certame devem ser interpretadas como exceções.” (grifos acrescentados).

(TCU. Primeira Câmara. ReL Ministro Marcos Bemquerer Costa. Ac. Nº.0932-09/08-1. Sessão: 01/04/08. DOU de 10.04.08)

A análise dessas normas supracitadas, percebemos que o caso em apreço encaixa-se na hipótese descrita no art. 24, II do referido diploma legal. Vejamos:

Art. 24. É dispensável a licitação:

(...) II – para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea “a”, do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

Devemos leva em consideração a edição da Medida Provisória (MP) 961/2020, a qual atualizou os valores das modalidades de licitação, durante o período que perdurar o Estado de Calamidade Pública em nosso país.

Assim sendo, os valores das modalidades de licitação definidos na Lei 8.666/93 atualizados Decreto 9.412/2018, não serão aplicados durante o período de vigência da calamidade pública.

As referências, durante esse período, serão de 100 mil e 50 mil, para obras e serviços de engenharia e compras e demais serviços, respectivamente.

Dessa forma, uma vez que a proposta apresentada como mais vantajosa é igual a tal valor, facilmente verifica-se estar ela perfeitamente enquadrada ao caso, sendo autorizável, portanto, a contratação direta pela Administração Pública.

Há de se observar, contudo, que, mesmo não contratando por meio de licitação, deve o ente público ater-se a certa cautela no critério de escolha do particular a ser contratado, a fim de garantir o respeito aos princípios constitucionais que norteiam a Administração Pública.

Corroborando a esse entendimento, temos os ensinamentos de Marçal Justen Filho, transcritos a seguir:

O administrador está obrigado a seguir um procedimento administrativo determinado, destinado a assegurar (ainda nesses casos) a prevalência dos princípios



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

jurídicos fundamentais. Permanece o dever de realizar a melhor contratação possível, dando tratamento igualitário a todos os possíveis contratantes.

Portanto, a contratação direta não significa eliminação de dois postulados consagrados a propósito da licitação. O primeiro é a existência de um procedimento administrativo. O segundo é a vinculação estatal à realização de suas funções. (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 11 ed. São Paulo: Dialético, 2005, p. 228).

Sendo assim, apesar de dispensa ou inexigibilidade de licitação, deve o ente administrativo, para a realização da contratação, se pautar nas demais regras da própria Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Por esses motivos, imprescindíveis ao caso a observância de certos requisitos formais necessários à regência de qualquer contrato administrativo, em especial no que tange à justificativa e à autorização ou decisão expressa da dispensa ou inexigibilidade (art.26), à habilitação jurídica (art. 28), à regularidade fiscal (art. 29) e, quando o caso assim necessitar, às qualificações técnica e econômico-financeira (arts. 30, 31) da contratante, além da estipulação determinadas cláusulas obrigatórias (art. 55).

A respeito, entende o colendo TCU ser imperioso à Administração:

“(…) as exigir em todas as contratações, inclusive nas realizadas mediante dispensa ou inexigibilidade de licitação, a comprovação de regularidade fiscal do contratado, observando que a condição deverá ser mantida durante toda a execução do contrato e comprovada a cada pagamento efetuado”. (TCU. Segunda Câmara, Processo nº TC- 015.575/2007-2. Relator: André Luís de Carvalho. AC. nº. 3325-32/08-2. Sessão: 09/09/2008. DOU de 11/09/08).

(…) as justificativas para a inexigibilidade e dispensa de licitação devem estar circunstancialmente motivadas, com a clara demonstração de ser a opção escolhida, em termos técnicos e econômicos, a mais vantajosa para a administração, consoante determina o art. 26. Parágrafo único da Lei 8.666/93.

Ressalta-se, todavia, que, estando o valor da contratação abarcando nas hipóteses do art. 24, I e II da mencionada Lei, resta dispensada a observância dos requisitos do art. 26, como podemos depreender da sua redação, ver bis:



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 - 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 - 1134
CEP. 65.420-000 - Timbiras - Maranhão

Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos. (Redação dada pela Lei nº 11.107, de 2005).

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço;

IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados. (Incluindo pela Lei nº. 9.648, de 1998).

Das peças encontradas no devido processo legal;

De início, em análise ao processo em vista, verificou-se que para a abertura do procedimento foi apresentado:

Solicitação de despesa com justificativa através de termos de referência e memorando com a relação do objeto requerido pelo solicitante;

- O procedimento da licitação foi iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, e a indicação sucinta e clara de seu objeto;



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

- Cotação de Preços (três cotações);
- Indicação da existência da previsão orçamentária face à despesa estimada;
- Ato de nomeação da CPL;
- Foram constatados os termos de autuação e autorização da autoridade competente;
- Minuta do edita de convocação e seus anexos;
- Parecer Jurídico.
- A proposta foi devidamente rerepresentada;
- Documentação de habilitação;
- Acompanhamento do relatório conclusivo da licitação;

Foi consagrada vencedora a empresa: A K de A Lima - ME CNPJ nº 27.118.511/0001-69.

Nesse diapasão, observa-se que a minuta do contrato em tela contém as cláusulas necessárias para a formação do instrumento público contratual, conforme prescreve as normas estabelecidos da Lei Federal.

É importante destacar acerca de não se fracionar licitação para fugir à modalidade superior. Importante assim focar em maior detalhe esse expediente, utilizado, infelizmente com certa frequência, para viabilizar dispensas indevidas ou seja, a dissimulação de despesas de vulto superior ao limite, mediante o fracionamento de notas fiscais. Segundo orientação do TCU, caracteriza-se tal patologia "quando se divide a despesa para utilizar



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

modalidade de licitação inferior à recomendada pela legislação para o total da despesa, ou para efetuar contratação direta”.


Entretanto, não há informação quanto ao eventual fracionamento de despesa no caso, o que deverá constar nos autos por informação da Diretoria Financeira ou Contabilidade, a fim de verificar se de fato é possível a contratação direta na hipótese.

4. Considerações Finais;

Revestindo de todas as formalidades legais nas fases do certame, opina-se pela *ratificação, adjudicação e posterior homologação*, nos termos dos art. 38 VII e 43, Inciso VI, estando a empresa apta a gerar despesas com esta Casa Legislativa.

Este é o parecer, *s.m.j.*

Timbiras (MA), 18 de janeiro de 2021


Advogado; Dr. ~~Glauber Rogers Cantanhede Paiva Frazão~~
Assessor jurídico da Câmara
OAB/MA N. 13.369



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 - 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 - 1134
CEP. 65.420-000 - Timbiras - Maranhão

ADJUDICAÇÃO DA LICITAÇÃO

Considerando o inteiro teor do processo licitatório que deu origem à Dispensa de Licitação 07/2021, do tipo menor preço (global),

A Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal, com amparo no art. 43, inciso VII da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, em consonância com os documentos integrantes nos autos de todo o processo licitatório, em face da ausência de recursos, resolve *Adjudicar* em conformidade com o especificado abaixo:

Adjudicatário: A K de A Lima - ME CNPJ: 27.118.511/0001-69;

Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento de coffee brack, lanches e refeição do tipo marmítex, para as sessões ordinárias e extraordinárias da Câmara Municipal de Timbiras/MA;

Itens Adjudicados: Todos;

Valor contratado: R\$ 7.065,00 (sete mil, seiscentos e cinco reais) valor global.

Faça saber desta decisão ao **Gabinete da Presidência**, após análise e de acordo com a Lei federal n.º 8.666/93, Artigo 43, Inciso VI, proceda à Homologação do presente processo e demais providências de sua competência para continuidade do pleito administrativo.

A presente Declaração é a expressão da verdade;
Câmara Municipal de Timbiras- MA, em 20 de janeiro de 2021


Raimundo Jonas Silva Coelho
Presidente da CPL


Marinalva Cardoso da Silva de Oliveira
Membro/CPL


Max Vinícius Cantanhede
Membro/CPL



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

TERMO DE RATIFICAÇÃO
Dispensa nº 07/2021

Considerando os autos do processo, em consonância com os documentos integrantes para fins do disposto no Art. 26 do estatuto das licitações e contratos, **Ratifico** a dispensabilidade de licitação que versa sobre a Contratação de empresa para os serviços de consultoria e assessoria em licitações, compras e contratos administrativos no interesse da Câmara Municipal de Timbiras/MA, para contratar o licitante: A K de A Lima - ME CNPJ nº 27.118.511/0001-69. Para a prestação dos serviços no valor de **RS 7.065,00 (sete mil, seiscentos e cinco reais) valor global**, tudo conforme com base legal do Art. 24, inciso II da Lei Federal 8.666/93.

Publique-se o presente ato na imprensa oficial, conforme legislação vigente *c/c* Art. 6º inciso XIII da lei 8666/93, parágrafo único do Art. 61 da mesma lei *c/c* o artigo 8º, § 1º, inciso IV, da Lei Federal nº 12.527/2011 para fins de eficácia desta **RATIFICAÇÃO**.

"Art. 26.... deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos:".

A presente Declaração é a expressão da verdade;
Gabinete da Presidência da Câmara de Timbiras, em 20/01/ 2021

Alexandro Rocha Nascimento
Presidente da Câmara



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

HOMOLOGAÇÃO DA LICITAÇÃO

Aprovo e homologo o resultado da Dispensa de Licitação (TP) n.º 07/2021, em conformidade com o especificado abaixo:

ADJUDICATÁRIO: A K de A Lima - ME CNPJ: 27.118.511/0001-69;

OBJETO: Contratação de empresa para o fornecimento de coffee brack, lanches e refeição do tipo marmitex, para as sessões ordinárias e extraordinárias da Câmara Municipal de Timbiras/MA;

VALOR CONTRATADO; R\$ R\$ 7.065,00 (sete mil, seiscentos e cinco reais) valor global;

AMPARO LEGAL; Art. 43 Inciso VI da Lei 8.666/93, Parecer da Assessoria Jurídica e Relatório da Comissão Permanente de Licitação;


DA INDICAÇÃO DOS RECURSOS;

As despesas para atender ao objeto desta licitação ocorrerão por conta da seguinte Reserva de dotação orçamentária:

ÓRGÃO; 18 - INSTITUTO DE PENSÕES E APOSENTADORIA; UNIDADE ORÇAMENTÁRIA; 1801 - INSTITUTO DE PENSÕES E APOSENTADORIA; 09.272.0024 2.117 - MANUTENÇÃO DO INSTITUTO DE PENSÃO E APOSENTADORIA; 3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO.

Dê-se ciência desta decisão ao(s) interessado(s), providenciem a celebração do contrato, e o empenho das despesas às dotações do orçamento vigente, publique-se o presente ato na imprensa oficial, conforme o Art. 6º inciso XIII da lei 8666/93 c/c o artigo 8º, § 1º, inciso IV, da Lei Federal nº 12.527/2011 e com o Art. 61 da lei 8.666/93 para fins de eficácia desta **HOMOLOGAÇÃO**.

A presente Declaração é a expressão da verdade;
Gabinete da Presidência da Câmara de Timbiras, em 21/01/ 2021


Alexandre Rocha Nascimento
Presidente da Câmara



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

AVISO DO RESULTADO DA LICITAÇÃO

A Diretoria Administrativa da Câmara de Timbiras/MA torna público para conhecimento dos interessados o resultado da homologação da Dispensa de Licitação nº 07/2021 que tem como objeto Contratação de empresa para o fornecimento de coffee brack, lanches e refeição do tipo marmitex, para as sessões ordinárias e extraordinárias da Câmara Municipal de Timbiras/MA, processo administrativo nº 019/2021. **Órgão(s) interessado(s):** Diretoria Administrativa. **Amparo legal:** Lei 8.666/93, Art. 43, inciso VI, Art. 6º inciso XIII da lei 8666/93 c/c o artigo 8º, § 1º, inciso IV, da Lei Federal nº 12.527/2011 e com o Art. 61 da lei 8.666/93. **Reserva de Dotação Orçamentária:** está contida no orçamento Geral da Câmara Municipal de Timbiras, pelos programas de trabalho e a categoria econômica constarão quando da emissão da respectiva Nota de Empenho. **Valor contratado:** R\$ 7.065,00 (sete mil, seiscentos e cinco reais) valor global. Licitante vencedor: A K de A Lima - ME CNPJ: 27.118.511/0001-69; Câmara de Timbiras/MA em 21 de janeiro de 2021. Wilson Gonçalves Vieira/Diretor Administrativo.

PUBLICAÇÃO/QUADRO DE AVISOS

Nos termos do art. 6º inciso XIII da lei 8666/93 c/c o artigo 8º, § 1º, inciso IV, da Lei Federal nº 12.527/2011 a CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS/MA. Publica o presente instrumento no quadro mural de avisos para que seja dado o fiel cumprimento legal para produção de seus efeitos de direito.

Timbiras – MA, 21 de janeiro de 2021



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

Convocação para assinatura de contrato

EMPRESA:

A K DE A LIMA - ME CNPJ: 27.118.511/0001-69;
Endereço: Rua Urbano Santos, nº 697, bairro Centro, Timbiras/MA.

ATT. SR.

André Kelson de Araújo Lima - ME CPF: 044.805.353-57
Signatário

Prezado (a) Senhor (a);

Pelo presente ato e com amparo pelo artigo 64 da Lei 8.666/93, convocamos V. Senhoria para comparecer, no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento desta convocação junto à *Câmara Municipal de Timbiras*, Estado do Maranhão, situada à Rua José Antônio Francis s/n – bairro Centro - nesta cidade, das 08h00 às 12h, em dias úteis, para assinatura do termo de contrato a ser celebrado entre esta Casa Legislativa e a empresa.

O não comparecimento dentro do prazo e condições estabelecidas no presente ato, ressalvado o direito a justificativa, decairá à empresa o direito à contratação.

Wilson Gonçalves Vieira Timbiras – MA 22 de janeiro de 2021
- *Wilson Gonçalves Vieira* -
Diretor Administrativo

PUBLICAÇÃO/QUADRO DE AVISOS

Nos termos do art. 61, § único da Lei Federal nº. 8.666/93, do art. 17, inc. I do Regimento Interno da Câmara Municipal de Timbiras/MA Publica o presente instrumento no quadro mural de avisos para que seja dado o fiel cumprimento legal para produção de seus efeitos de direito.



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 - 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 - 1134
CEP. 65.420-000 - Timbiras - Maranhão

Contrato(s)



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

Órgão Solicitante: Diretoria Administrativa;
Contrato N.º 010/2021
Dispensa de licitação 07/2021
Processo Administrativo n.º 019/2021

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE ITENS QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS, E A EMPRESA; A K de A Lima, NA FORMA ABAIXO;

PRELIMINARES;

Por este instrumento particular de prestação de serviços, que entre si fazem, de um lado como **Contratante** a Câmara Municipal de Timbiras, Estado do Maranhão, com a sede localizada à Rua José Antônio Francis, s/n, Centro, nesta cidade, CEP: 65.420-000, inscrita no CNPJ n.º 23.662.570/0001-42, representada pelo Excelentíssimo Presidente, Sr. Alexandre Rocha Nascimento, portador do CPF n.º 042.063.303-01 e do RG: 033861502007-2 SSP/MA, e a empresa: (Razão social) A K de A Lima (Nome fantasia) Self Service da Márcia, Situada à Rua Urbano Santos, n. 697, bairro Centro, CEP: 65.420-000, Timbiras, Estado do Maranhão, inscrita no CNPJ: 27.118.511/0001-69, neste ato representada pelo seu sócio administrador, Sr: André Kelson de Araújo Lima, brasileiro, empresário, divorciado, portador do CPF: 044.805.353-57, a seguir denominado **Contratada**, na presença das testemunhas abaixo firmadas, acordam e justam firmar o presente contrato, atendidas as cláusulas e condições que se anunciam a seguir expressas:

Cláusula Primeira: DO OBJETO DO CONTRATO;

1.1. O presente contrato tem pôr objeto a **contratação de empresa para o fornecimento de coffee brack, lanches e refeição do tipo marmítex, para as sessões ordinárias e extraordinárias da Câmara Municipal de Timbiras/MA.**

Cláusula Segunda: DO FUNDAMENTO LEGAL;

2.1. Este contrato tem como amparo legal a dispensa de licitação n.º 07/2021, a Lei Federal n.º 8.666/93, a, Complementar 147/2014, e demais normas pertinentes à espécie;

Parágrafo 1º A proposta de preços apresentada passa a integrar este contrato.

Cláusula Terceira: DO VALOR CONTRATUAL;

3.1. Pelo do objeto ora contratado, a Contratante pagará à Contratada o valor global de R\$ 7.065,00 (sete mil e sessenta e cinco reais) conforme tabela descrição abaixo com os produtos, valores, marcas e quantitativos:



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 - 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 - 1134
CEP. 65.420-000 - Timbiras - Maranhão

Lote I - Diretoria Administrativa					
Item	Qtd	Descrição dos itens	Unidade	Valor unitário	Valor global
1	150	Fornecimento de Refeição	Und	R\$ 19,00	R\$ 2.850,00
2	150	Fornecimento de Lanches	Und	R\$ 6,00	R\$ 900,00
3	65	Fornecimento de coffe brack tipo 1	Und	R\$ 24,00	R\$ 1.560,00
4	65	Fornecimento de coffe brack tipo 2	Und	R\$ 27,00	R\$ 1.755,00
Valor Total					R\$ 7.065,00

Parágrafo Único: As quantidades previstas na tabela acima são estimativas máximas para o período de validade do Contrato, reservando-se à contratante, direito de adquirir em cada item o quantitativo que julgar necessário, podendo ser parcial, integral ou até mesmo abster-se de adquirir quaisquer itens especificados.

Cláusula Quarta: DOS RECURSOS FINANCEIROS;

4.1 As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos recursos classificados conforme abaixo especificado:

01- Poder Legislativo; 00 - Câmara Municipal; 01.031.0001.2001.0000 - Manutenção e Funcionamento do Legislativo Municipal; 33.90.30.00 - Material de Consumo;

Cláusula Quinta: DA VIGÊNCIA DO CONTRATO;

5.1. A vigência do contrato iniciar-se-á na data de sua assinatura, depois da publicação do seu resumo na imprensa oficial, em obediência ao Art. 6º inciso XIII da lei 8666/93 c/c o artigo 8º, § 1º, inciso IV, da Lei Federal nº 12.527/2011 e do parágrafo único do Art. 61 da Lei Federal n. 8666/93, a partir de quando as obrigações assumidas pelas partes serão exigíveis e terá vigência até 31 de março do corrente ano.

Cláusula Sexta: DOS FORNECIMENTOS, LOCAL E FORMA DE EXECUÇÃO;

6.1. O Fornecimento devera ser executado, conforme especificados no Termo de Referência, que deu origem ao processo ao presente contrato, sendo que a inobservância das condições implicará recusa sem que caiba qualquer tipo de reclamação por parte da inadimplente. A Contratada obriga-se a substituir o objeto que porventura não atendam às especificações, sob pena das sanções cabíveis.

6.2. O objeto licitado devera ser fornecido sem ônus para a Contratante

Parágrafo 1º - Os fornecimentos deverão ser realizados de forma imediata, após o recebimento da ordem de fornecimento em dias úteis, em local e horário obrigatoriamente definido pela mesma ordem.



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

Parágrafo 2º - No caso de algo superveniente, fortuito ou de força maior e não serem tomadas providencia dentro de 02 (duas) horas da solicitação para a substituição mencionada, a Contratante poderá adotar as medidas que julgar necessárias, por conta e risco da contratada.

Parágrafo 3º - Caso a data solicitação da nova ordem de fornecimento coincida com dia em que não haja expediente, o mesmo se fará no dia útil imediatamente posterior.

Cláusula Sétima: DO PAGAMENTO;

O pagamento será efetuado pelo **Contratante** no prazo máximo de até 30 (trinta) dias consecutivos, a contar da solicitação de pagamento pela **Contratada**.

a) Nota Fiscal / Fatura;

b) Certidão Negativa de Débitos relativa às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros - INSS, com validade compatível com a data do pagamento (Lei nº 8.212/91);

c) Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Fornecimento – FGTS, com validade compatível com a data do pagamento (Lei nº 8.036/90);

d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

e) Certidão de Regularidade com a Fazenda Estadual e Federal, com validade compatível com a data do pagamento (Lei 2.231/1962 e Lei nº 7.799/2002);

Parágrafo Primeiro: O contratante efetuará o pagamento à contratada na seguinte descrição bancários: Caixa Econômica Federal; Agência 0766, Conta corrente: 003.0000868-0.

Parágrafo Segundo - A nota fiscal/fatura será conferida e atestada pelo Fiscal do Contrato.

Cláusula Oitava: DA RECOMPOSIÇÃO AO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO OBJETO DO CONTRATO;

8.1. Ocorrendo desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, a Administração poderá restabelecer a relação pactuada, nos termos do art. 65, inciso II, alínea d, da Lei nº 8.666/93, mediante comprovação documental e requerimento expresso da contratada.

Cláusula Nona: DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO;

9.1. Contratante indicará uma pessoa de seu preposto para exercer as atividades de fiscalização dos Fornecimentos recebidos.

O Licitante deverá manter preposto aprovado pela câmara municipal, por meio da fiscalização, durante toda a execução do objeto, para representá-la sempre que for necessário.

a) A pessoa indicada como preposto deve ter um nível de instrução e conhecimento compatível com os fornecimentos objeto deste Termo.



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

- b) . Ao fiscal competirá:
- c) Dirimir dúvidas que surgirem no curso da execução deste instrumento, conforme art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;
- d). Fiscalizar a execução dos fornecimentos desde a assinatura do Instrumento Contratual até a extinção ou rescisão do mesmo;
- e) Providenciar Livro de Registro, onde deverá ser documentado, juntamente como o preposto do Licitante, as ocorrências havidas.

Parágrafo Primeiro - O Fiscal para este Contrato será nomeado através de portaria e/ou decreto.

Cláusula Décima: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA;

Obriga-se, ainda a contratada, sem prejuízo do constante nas solicitações da câmara e da proposta naquilo que não contrariar as disposições deste instrumento:

- a) Prestar o Fornecimento mantendo todas as condições de qualidade originais;
- b) Cumprir todas as cláusulas e condições deste contrato;
- c) Atender prontamente as Ordens de Fornecimentos, instalação das mesmas, expedindo a competente nota de prestação de fornecimentos;
- d) Responder pelos prejuízos materiais ou pessoais causados por danos resultantes de negligência, imperícia, imprudência ou dolo próprio, bem como dos prejuízos decorrentes da qualidade do Fornecimento;
- e) Arcar com os tributos, que incidam ou venham incidir sobre o respectivo contrato.

Cláusula Décima-Primeira: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE;

- a) Acompanhar e fiscalizar todos os procedimentos da Contratada, pertinentes ao Fornecimento do presente Contrato;
- b) Efetuar pagamento em moeda corrente nacional em até 30 (trinta) dias após apresentação da Nota de Prestação de fornecimentos;

Cláusula Décima Segunda: DA TROCA EVENTUAL DE DOCUMENTOS;

- 12.1. A troca eventual de documentos entre a Contratante e a Contratada, será realizada através de protocolo;
- 12.2. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos.

Cláusula Décima Terceira: DA RESCISÃO DO CONTRATO;



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 - 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 - 1134
CEP. 65.420-000 - Timbiras - Maranhão

13.1. A rescisão do contrato terá lugar de pleno direito, a critério da Contratante, independentemente de interposição judicial ou extrajudicial, em conformidade com o art. 55, inciso IX, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações nos casos previstos nos artigos 77 e 78 da referida lei.

Cláusula Décima Quarta: DAS SANÇÕES E PENALIDADES;

14.1. A contratada quando ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do objeto licitado, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Câmara Municipal de Timbiras, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a pena.

14.2. A penalidade será obrigatoriamente registrada no Diário Oficial do Maranhão e no caso de suspensão de licitar, a contratada deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das demais cominações legais.

14.3. No caso de inadimplemento, a contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

14.3.1. Advertência;

14.3.2. Multa por atraso a cada 30 (trinta) dias, no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor do contrato, caso não sejam cumpridas fielmente as condições pactuadas;

14.3.3. Multa, moratória simples, de 0,4% (quatro décimos por cento), na hipótese de atraso no cumprimento de suas obrigações contratuais, calculada sobre o valor da fatura;

14.3.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com Administração por período não superior a 2 (dois) anos; e

14.3.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

14.3.6. A aplicação da sanção prevista no item 14.3.1, não prejudica a incidência cumulativa das penalidades dos itens 14.3.2, 14.3.3 e 14.3.4, principalmente, sem prejuízo de outras hipóteses, em caso de reincidência de atraso na entrega do objeto licitado ou caso haja cumulação de inadimplemento de eventuais cotas mensais, expressamente previstas, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

14.4. As sanções previstas nos itens 14.3.1, 14.3.4 e 14.3.5, poderão ser aplicadas conjuntamente com os itens 14.3.2 e 14.3.3, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

14.5. Ocorrendo à inexecução de que trata o item 14.3, reserva-se ao órgão contratante o direito de optar pela oferta que se apresentar como aquela mais vantajosa, pela ordem de classificação,



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

comunicando-se, em seguida, a Comissão Permanente de Licitação – Comissão, para as providências cabíveis.

14.6. A segunda adjudicatória, ocorrendo a hipótese do item anterior, ficará sujeita às mesmas condições estabelecidas ao edital que deu origem a este contrato;

14.7 A aplicação das penalidades previstas nesta cláusula é de competência exclusiva da Câmara Municipal de Timbiras.

Cláusula Décima Quinta: DOS CASOS OMISSOS;

15.1. Os casos omissos serão resolvidos à luz das leis que regeram todo o certame licitatório e dos princípios gerais de direito.

Cláusula Décima Sexta: DO FORO;

16.1. Fica eleito o foro da Comarca desta cidade para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da interpretação deste contrato com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Contrato, que foi impresso em 03 (três) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas para que surtam seus legais e jurídicos efeitos.

Timbiras (MA), 04 de fevereiro de 2021.

Alexandro Rocha Nascimento
Presidente da Câmara Municipal
Contratante

André Kelson de Araújo Lima
André Kelson de Araújo Lima
A K de A Lima
Contratada

Testemunhas:

NOME:
CPF:

NOME:
CPF:



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

Extrato de Contrato

CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS

Resenha de extrato do contrato n. 010/2021- Dispensa de Licitação. 07/2021, Partes: Câmara Municipal de Timbiras, Estado do Maranhão CNPJ: 23.662.570/0001-42, e a empresa; A K de A Lima - ME CNPJ: 27.118.511/0001-69. Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento de coffee brack, lanches e refeição do tipo marmitex, para as sessões ordinárias e extraordinárias da Câmara Municipal de Timbiras/MA. Valor contrato: R\$ 7.065,00 (sete mil, seiscentos e cinco reais) valor global. Reserva de Dotação Orçamentária: 00 – Câmara Municipal; 01.031.0001.2001.0000 - Manutenção e Funcionamento do Legislativo Municipal; 3.3.90.30.00 - Material de Consumo. Vigência do contrato: até 31 de março do corrente ano. Base Legal: para publicação; Nos termos do Art. 6º inciso XIII da lei 8666/93 c/c o artigo 8º, § 1º, inciso IV, da Lei Federal nº 12.527/2011 e parágrafo único do Art. 61 da Lei Federal nº 8.666/93; Signatários: Alexandre Rocha Nascimento; Câmara Municipal de Timbiras/MA; Contratante; e André Matos Vieira CPF: 044.805.353-57; representante da empresa contratada, Timbiras/MA, em 04 de fevereiro de 2021. Wilson Gonçalves Vieira/Diretor Administrativo.

PUBLICAÇÃO/QUADRO DE AVISOS

Nos termos do art. 61, § único da Lei Federal nº. 8.666/93 da Câmara Municipal de Timbiras/MA. Publica o presente instrumento no quadro mural de avisos para que seja dado o fiel cumprimento legal para produção de seus efeitos de direito.

Timbiras- MA, 04 de janeiro de 2021



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 – 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 – 1134
CEP. 65.420-000 – Timbiras - Maranhão

TERMO DE ENCERRAMENTO DO PROCESSO LICITATÓRIO

Lavrei o presente TERMO de ENCERRAMENTO deste *Processo licitatório nº 019/2021* para a realização de licitação e contratação em epígrafe, que tem como última folha que corresponde a este termo.


Jackson Rodrigues Brito
Contador Geral da Câmara Municipal

Protocolo de Encerramento

NÚMERO DO PROCESSO: 019/2021

ASSUNTO: *Processo Administrativo para abertura de licitação e contrato(s) administrativo.*

DATA ____/____/2021

RECIBO DE ENTREGA DAS INFORMAÇÕES DO CONTRATO

Contrato decorrente de CONTRATAÇÃO DIRETA
Nº TCE: 197728
ENTE FEDERATIVO: Timbiras
UNIDADE: CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
PROCESSO: 019 / 2021
INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO:
CONTRATO: 010 / 2021
CONTRATADO: A K DE A LIMA - ME
CNPJ CONTRATADO: 27118511000169
DATA ASSINATURA: 04/02/2021
VALOR: R\$ 7.065,000000

Recibo emitido em 08 de Fevereiro de 2021 às 17:07:24 com o número 1612814844737.

São Luis, 08 de Fevereiro de 2021



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBIRAS
C.N.P.J. (MF) 23.662.570 / 0001 - 42
Rua José Antônio Francis, S/N Fone: (99) 3668 - 1134
CEP. 65.420-000 - Timbiras - Maranhão

TERMO DE ARQUIVAMENTO DO PROCESSO

Dispensa de Licitação Nº. 07/2021

Ultimados os procedimentos para prestação de serviços com a emissão do empenho, atestado o recebimento, confirmando a liquidação, efetuado o pagamento, dada a quitação e extinção da obrigação, de acordo com o disposto na Lei Federal nº 4.320/64 determino o arquivamento dos autos do Processo Licitatório em tela.

Determino, ainda, que o processo deverá permanecer arquivado estando à disposição dos órgãos fiscalizadores, sob a responsabilidade do arquivo geral desta Casa Legislativa.

A presente Declaração é a expressão da verdade;
Gabinete da Presidência da Câmara de Timbiras, em 05 de fevereiro de 2021.

12 11 11

Wilson Gonçalves Vieira
Wilson Gonçalves Vieira
Diretor Administrativo da Câmara